

Jornal da Unicamp

Campinas, 19 a 25 de agosto de 2002 - ANO XVI - Nº 186 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

■ SAÚDE - 5

Estudo da cirurgiã Ana Célia Faria auxilia no diagnóstico da apnéia obstrutiva do sono

■ MÚSICA - 8

Mestrando desenvolve o JavaMusic, um software para difundir e editar partituras e ensinar música às crianças

■ ALIMENTOS - 8

Novo processo permite conservar polpa de açaí por cinco meses sem a necessidade de congelamento

■ CIDADANIA - 9

Unicamp ajuda a resgatar dívida com vítimas da ditadura militar ao assinar termo de cooperação com o Estado

■ INTEGRAÇÃO - 12

Memorial da América Latina e Unicamp firmam parceria para pesquisas que levem à integração dos países da AL



Economistas avaliam o Brasil do próximo presidente

Quatro professores do Instituto de Economia da Unicamp projetam o cenário a ser protagonizado pelo futuro ocupante do Palácio do Planalto.

Páginas 6 e 7

Uma questão de responsabilidade

Ilustração: Félix



Aspectos ligados à Lei de Responsabilidade Fiscal, um conjunto de normas que exerce forte controle dos gastos públicos, serão debatidos por autoridades municipais de todo o Estado de São Paulo e especialistas da Unicamp num encontro marcado para os dias 30 e 31 de agosto, no Centro de Convenções da Universidade. O evento, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e pela Fundação

Prefeituras de todo o Estado discutem na Unicamp a lei para os gastos públicos

de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), inaugura uma nova forma de relacionamento com as prefeituras, ampliando o conceito de aplicação social da produção acadêmica. "Nós queremos, a partir desse e dos futuros encontros, ouvir o que os prefeitos têm a dizer, oferecer soluções e dar encaminhamento às questões que nos forem apresentadas", afirma o pró-reitor de Extensão, professor Rubens Maciel Filho. **Páginas 2, 3 e 4**

COOPERAÇÃO

Unicamp busca aproximação com prefeituras em evento que reúne autoridades municipais de todo o Estado

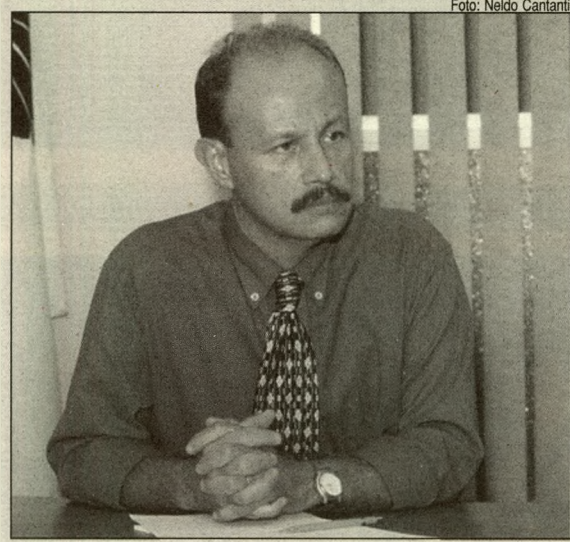


Foto: Neldo Cantanti

O professor Rubens Maciel, pró-reitor de Assuntos Comunitários: "Queremos oferecer soluções"

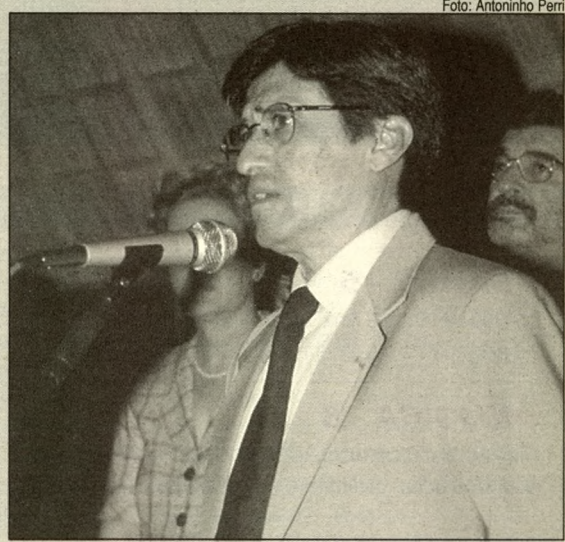


Foto: Antoninho Perri

O professor Bernardino de Figueiredo, presidente da Funcamp: ampliando o número de parcerias

Um fórum para as políticas públicas

MANUEL ALVES FILHO*
manuel@reitoria.unicamp.br

A Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) promove nos dias 30 e 31 de agosto, em conjunto com a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac) da Universidade, um encontro com prefeitos, vice-prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores de todo o Estado de São Paulo. O evento, que marcará o lançamento do "Espaço Funcamp de Políticas Públicas", inaugurará uma nova forma de relacionamento entre a Unicamp e as instâncias governamentais. O objetivo dessa aproximação, conforme o pró-reitor de Assuntos Comunitários, professor Rubens Maciel Filho, é criar um fórum permanente para a troca de conhecimentos. Para o presidente da Funcamp, professor Bernardino Ribeiro de

Figueiredo, a iniciativa pretende ampliar o conceito de aplicação social da produção acadêmica.

Durante o encontro, que ocorrerá no Centro de Convenções da Unicamp, os administradores públicos

participarão de oito mesas diferentes, nas quais serão discutidos temas de grande interesse dos municípios (veja programação). Aspectos ligados à Lei de Responsabilidade Fiscal, conjunto de normas que impõe um controle severo dos gastos públicos, serão detalhados por especialistas da Universidade e convidados. As alternativas de financiamento para projetos em políticas públicas também estarão em debate. Prefeitos, vice-prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores terão a oportunidade de conhecer, ainda, exemplos de parcerias bem-sucedidas entre a Unicamp e entes públicos, nas áreas de geração de renda, inclusão digital e de ações estratégicas.

De acordo com o pró-reitor de Assuntos Comunitários, é perceptível o esforço da maioria dos administradores públicos para desenvolver uma boa

gestão. Esse trabalho, porém, esbarra muitas vezes em entraves de ordem administrativa ou na dificuldade de elaborar programas que equacionem, por exemplo, problemas nas áreas sociais. "Nós queremos, a partir desse e dos futuros encontros, ouvir o que os prefeitos têm a dizer e oferecer soluções e dar encaminhamento às questões que nos forem apresentadas", afirma o professor Maciel. Conforme o professor Figueiredo, presidente da Funcamp, "grande parte dos conhecimentos produzidos pela Unicamp, tanto na formação de recursos humanos como na produção científica, podem ser aproveitados na solução de problemas da comunidade".

O titular da Preac afirma que a forma de trabalho junto aos municípios variará de acordo com o diagnóstico feito pelas próprias prefeituras. Ele lembra, entretanto, que alguns aspectos são comuns à maioria das cidades. "Questões como geração de emprego e renda, preservação ambiental e melhorias nas áreas de educação e saúde normalmente estão na agenda de prioridade dos gestores públicos", diz o professor Maciel. O ideal, nesse caso, é que as soluções sejam padronizadas, adaptadas, ampliadas e repetidas, de modo a atender ao maior número possível de cidades. Mas o pró-reitor não descarta a possibilidade de a Unicamp desenvolver estudos ou projetos específicos para uma determinada localidade. "Como a Universidade tem uma série de outras atividades, o recomendável é que priorizemos algumas áreas de atuação em conjunto com os prefeitos".

Com o lançamento do "Espaço Funcamp de Políticas Públicas", os encontros com os administradores públicos deverão ocorrer de maneira sistemática, possivelmente a cada seis meses. Para orientar e tornar mais ágil o contato, será criado um fórum eletrônico de discussão. As prefeituras contarão com salas temáticas, por meio das quais poderão trocar experiências e informações, além de acessar o site da Unicamp. Segundo o presidente da Funcamp, professor Figueiredo, o "Espaço Funcamp de Políticas Públicas" também se preocupará em dotar as prefeituras

de ferramentas que propiciem a execução de projetos. Além de compartilhar o conhecimento acadêmico, a Fundação e a Universidade estarão divulgando, por meio das mesas de discussão, programas de financiamento de políticas públicas, como os criados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Todo esse trabalho, destaca o presidente da Funcamp, faz parte do papel da Fundação como agente pró-ativo na identificação de oportunidades. Para isso, foi criada, há dois anos, a Coordenadoria de Alianças e Parcerias Estratégicas, setor responsável pela promoção da interação de governos municipais com as mais variadas áreas da Unicamp. O objetivo central, conforme o professor Figueiredo, é ampliar o número de parcerias entre as duas partes. Na última década, só para se ter uma idéia, menos de 3% dos convênios administrados pela Funcamp foram firmados com instituições públicas. A maior aproximação da academia com o poder público, afirma, promove muitos ganhos. "Ganham as prefeituras, que muitas vezes não têm condições e nem estrutura para resolver seus problemas sozinhas; ganha a sociedade, que tem suas demandas atendidas de maneira mais eficiente; e ganha a Unicamp, que aprofunda seus programas educacionais, científicos e culturais com base na realidade dos municípios e ainda atrai recursos que beneficiarão o ensino e a pesquisa".

A primeira edição do "Espaço Funcamp de Políticas Públicas" está sendo patrocinada pelo grupo Santander Banespa, por intermédio do Projeto 25 Anos Funcamp. No encontro inaugural, o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia e a Preac têm tido uma participação ativa na organização e condução dos assuntos incluídos na programação. "Mas outros temas surgirão nos próximos encontros, o que ensejará o envolvimento de outros órgãos da Unicamp que serão bem-vindos na organização e proposição das atividades futuras do Espaço Funcamp", afirma o professor Figueiredo.

* Colaborou Luciana Lima
Leia mais nas páginas 3 e 4

PROGRAMAÇÃO

Dia 30/08

■ 9h – Cerimônia de abertura com a presença de autoridades e convidados

■ 10h – Coffe break

■ 10h30 – Mesa 1: "Lei de Responsabilidade Fiscal: Ferramenta ou Ferrolho do Desenvolvimento?"

■ 11h30 – Mesa 2: "Estatuto da Cidade, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional nº 29: novos caminhos para a gestão fiscal dos municípios"

■ 12h30 às 14h – Almoço
14h- Mesa 3: "Alternativas de Financiamento para Projetos em Políticas Públicas"

■ 15h30 – Coffe break

■ 16h – Mesa 4: "Relato de Ações Estratégicas Municipais em Parceria com a Universidade para a Geração de Emprego e Renda"

■ 18h – Encerramento do primeiro dia

Dia 31/08

■ 9h – Mesa 5: "A Responsabilização Administrativa e penal dos Gestores Públicos na Lei de Responsabilidade Fiscal"

■ 10h – Coffe break

■ 10h20 – Mesa 6: "Relato de Ações Estratégicas Municipais em Parceria com a Universidade"

■ 12h- Almoço

■ 14h – Mesa 7: "Lançamento Oficial do Programa Espaço Funcamp de Políticas Públicas: um novo modelo de relacionamento entre a Unicamp e as Prefeituras"

■ 15h30 – Coffe break

■ 16h – Mesa 8:

"Considerações Finais sobre a Parceria Unicamp/Prefeituras"

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz. Vice-reitor José Tadeu Jorge. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho. Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa. Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

Jornal da Unicamp

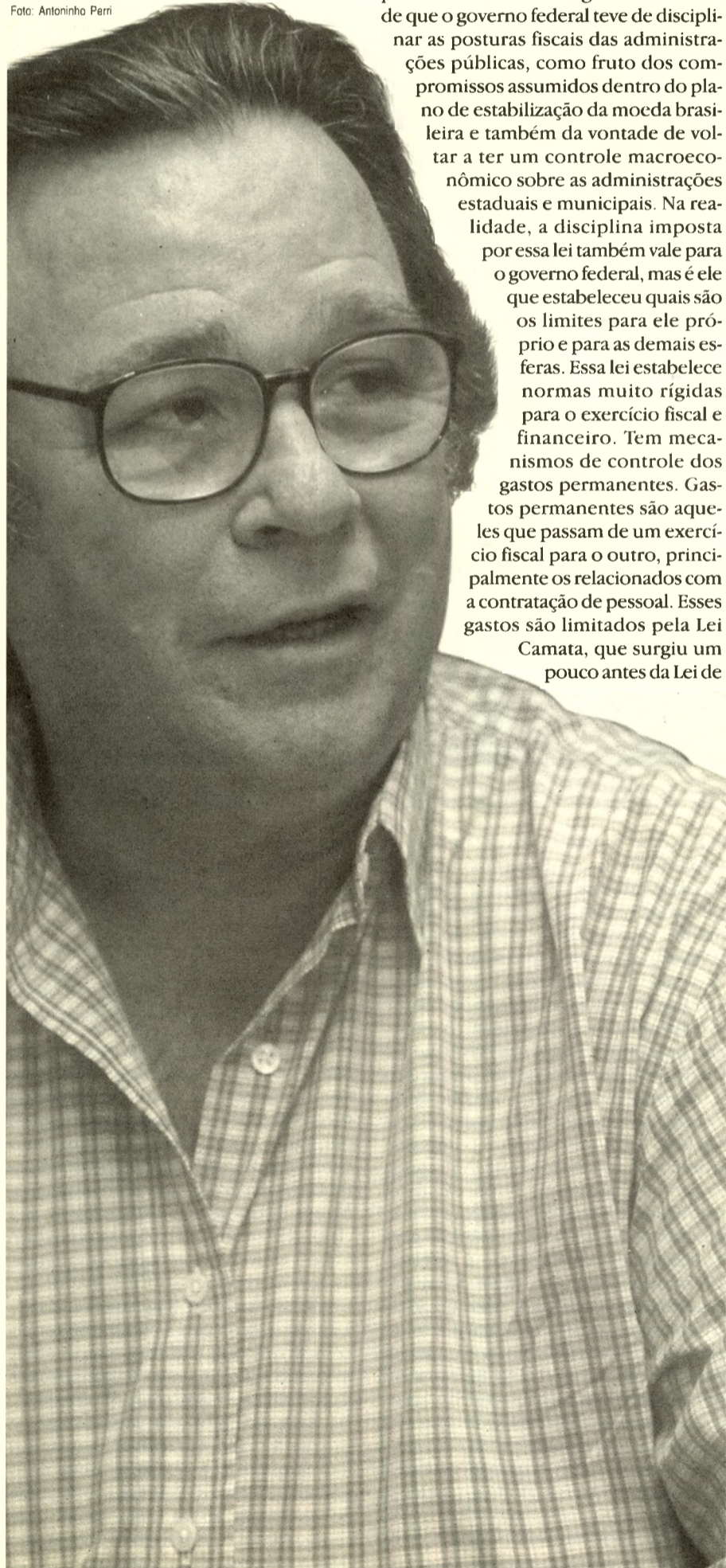
Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Dário Mendes Crispim. Ilustração Félix. Arquivo Antonio Scarpinetti. Serviços Técnicos Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. Impressão ArtPrinter Gráficos & Editores (0xx11) 6947-2177. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569.

Um tema que fala muito de perto aos municípios, e que vai merecer uma reflexão especial durante o evento organizado pela Funcamp e Unicamp, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, conjunto de normas que entrou em vigor em 2000. A nova legislação impõe condutas mais rigorosas no trato do dinheiro público. Mais do que estabelecer limites, ela cria mecanismos para o controle dos gastos permanentes. Em outras palavras, determina que um administrador público só poderá iniciar uma obra ou contratar servidores, por exemplo, se conseguir comprovar de onde virão os recursos. De acordo com o economista Gustavo Zimmermann, professor do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur), do Instituto de Economia da Unicamp, esse tipo de disciplina representou um avanço, embora também tenha criado algumas distorções.

Segundo Zimmermann, apesar de a maioria dos municípios do Estado de São Paulo, para ficar um exemplo regional, tenha se adequado às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns deles ainda enfrentam sérios problemas, sobretudo os que registraram ao longo das últimas décadas explosão de suas demandas sócio-urbanas, provocadas pela expansão demográfica. "Isso é um excesso da legislação, que a meu ver deveria ser corrigido. Tal situação não foi fruto exclusivo de uma ação momentânea das administrações municipais, mas sim de um processo de longo prazo", analisa o especialista. Além disso, destaca o professor do Nesur, existe um ponto controverso em relação à aplicação das penas previstas na legislação. Uma corrente de juristas defende o argumento segundo o qual elas não são auto-aplicáveis. Esses e outros aspectos serão abordados no encontro dos dias 30 e 31 de agosto. O Jornal da Unicamp antecipa, porém, alguns desses pontos. Leia, a seguir, os trechos mais importantes da entrevista com Zimmermann.

O professor Gustavo Zimmermann: "Prefeituras que tiveram grande expansão populacional estão invariavelmente endividadas"

Foto: Antoninho Perri



■ **Jornal da Unicamp - Quais são os princípios básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal?**

Gustavo Zimmermann A Lei de Responsabilidade Fiscal surgiu da necessidade de que o governo federal teve de disciplinar as posturas fiscais das administrações públicas, como fruto dos compromissos assumidos dentro do plano de estabilização da moeda brasileira e também da vontade de voltar a ter um controle macroeconômico sobre as administrações estaduais e municipais. Na realidade, a disciplina imposta por essa lei também vale para o governo federal, mas é ele que estabeleceu quais são os limites para ele próprio e para as demais esferas. Essa lei estabelece normas muito rígidas para o exercício fiscal e financeiro. Tem mecanismos de controle dos gastos permanentes. Gastos permanentes são aqueles que passam de um exercício fiscal para o outro, principalmente os relacionados com a contratação de pessoal. Esses gastos são limitados pela Lei Camata, que surgiu um pouco antes da Lei de

Prefeituras entre a cruz e a espada

Lei de Responsabilidade Fiscal exige reflexão especial e nova conduta das administrações públicas

Responsabilidade Fiscal, originada da preocupação com o esgotamento da capacidade de investimento dos estados e municípios.

■ **P - Qual a origem desse esgotamento?**

R - Com o advento da Constituição de 1988, estados e municípios tiveram expressivo aumento de receita. É bem verdade que tiveram também um expressivo aumento de gastos de pessoal, pois a própria Carta garantiu a estabilidade a servidores e promoveu mudanças na aposentadoria de funcionários públicos. Os municípios, em particular, praticamente dobraram os recursos que recebiam. Obviamente, assumiram novas funções. Porém, como os gastos com pessoal aumentaram e a dinâmica pública tende a manter um ritmo constante de crescimento nessa área, achou-se por bem aprovar a Lei Camata, que foi uma iniciativa do Legislativo Federal. A legislação surgiu exatamente para possibilitar a ampliação da capacidade de investimento de estados e municípios.

■ **P - Os limites de gastos impostos pela Lei Camata são os mesmos da Lei de Responsabilidade Fiscal?**

R - A Lei de Responsabilidade não altera o limite imposto pela Lei Camata, que é de 60% da receita corrente líquida. Mas ela traz uma outra novidade. Determina que só é possível fazer um gasto permanente se houver a indicação de onde virá a receita permanente para saldá-lo. Há uma confusão nesse aspecto. Algumas pessoas pensam que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a contratação de servidores. Não é isso. Ela só condiciona essa contratação à disponibilidade de verbas.

■ **P - A imposição desses limites é razoável? Prefeituras e estados estão conseguindo se enquadrar nas exigências?**

R - Esses limites são razoáveis. Obviamente, você tem prefeituras que tiveram piores administrações. Hoje, em São Paulo, temos poucos municípios acima desse nível. Na federação, temos quatro estados com problemas de adequação. O Estado de São Paulo está um pouco acima, mas não deverá ter dificuldade para se enquadrar. Na realidade, não houve apenas o controle dos gastos permanentes, mas também um controle do nível de endividamento. As prefeituras, estados e o governo federal não podem se endividar a partir de um determinado limite. Esse é um dos pontos mais controversos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais do que impor um limite, o que é saudável, ela condena a ampliação ou a manutenção do investimento nos entes federados que estejam com problemas. As prefeituras que tiveram uma grande expansão populacional, o que causa uma necessidade maior de investimento, estão invariavelmente endividadas, como é o caso de Campinas. Isso é um excesso da legislação, que a meu ver deveria ser corrigido. Tal situação não foi fruto exclusivo de uma ação momentânea, mas sim de um processo de longo prazo.

■ **P - A maioria dos prefeitos se**

diz favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas vários deles reclamam que deveria ter sido estabelecido um processo de transição para a adaptação às novas exigências. O senhor concorda com essa queixa?

R - O período de transição foi previsto antes do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, por ocasião da aprovação da Lei Camata. Esse período foi expandido com a entrada em vigor desta última. No entanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal não tratou de algumas situações concretas. Ela é de difícil aplicação em relação às administrações que se encerraram. As críticas partem mais dos novos prefeitos e governadores do que daqueles que foram reeleitos. Eles mesmos tiveram que ir se adequando à Lei Camata e depois à Lei de Responsabilidade Fiscal. As críticas são procedentes, particularmente quando partem de municípios endividados e com uma alta demanda social provocada pelo crescimento populacional.

"A transparência não é uma conquista inquestionável, mas representa um avanço"

■ **P - Que outros pontos positivos o senhor destacaria na Lei de Responsabilidade Fiscal?**

R - Ela tem alguns outros procedimentos que são, do meu ponto de vista, absolutamente saudáveis. Inibe, por exemplo, a renúncia fiscal. É o caso do famoso incentivo para atração de investimentos. Se por um lado esse tipo de iniciativa é a contrapartida à ausência de uma política industrial, ela implica num custo social extremamente elevado. Era muito comum, em vésperas de eleição, dar-se anistias, algumas extremamente elevadas. A não-cobrança da dívida ativa não acarretava a responsabilização dos prefeitos. Sob esse ponto de vista, a lei é absolutamente primorosa. Ela tem um outro aspecto, que é pouco conhecido. A lei amplia a transparência governamental, porque exige que se tornem públicos os balanços mensais. Eu conheço inúmeras prefeituras que não faziam isso, nem para as Câmaras de Vereadores. Hoje, o Tribunal de Contas e o Ministério Público têm que receber o documento mensalente. E mais: se as prefeituras quiserem corrigir algum dado do balancete, terá que fazê-lo numa época certa. Porém, a transparência contábil pode ser enganosa. A contabilidade pública é como biquíni fio dental: mostra muita coisa, mas esconde o essencial. A transparência não é uma conquista inquestionável, mas representa um avanço. O Poder fiscalizador também aumentou. Tanto o Tribunal de Contas quanto o Ministério Público são agentes importantes de fiscalização. Se um cidadão não estiver satisfeito com a dinâmica contábil de uma prefeitura, ele poderá recorrer a qualquer uma dessas instituições.

■ **P - Que tipo de penas a Lei de Responsabilidade Fiscal reserva**

Continua na página 4

Continuação da página 3

para o mau administrador público?

R – A responsabilização está prevista tanto na Lei de Responsabilidade, bem como na Lei de Crimes da Administração Pública, que foi aprovada no bojo da primeira. As penas são rígidas. Vão da inelegibilidade à perda de mandato, chegando até à prisão. No entanto, a aplicação dessas penas não é clara, até porque ainda não ocorreram casos. Juridicamente, há controvérsia nesse aspecto. Existe uma corrente de juristas que acha que as penalidades não são auto-aplicáveis. Esse tema, aliás, será debatido numa das mesas do encontro com os prefeitos. A meu ver, é dos pontos mais preocupantes para o administrador municipal.

■ **P – O senhor acredita que a lei, por si só, fará com que estados e municípios recobrem a sua capacidade de investimento, sobretudo para o enfretamento da dívida social?**

R – Tendencialmente, a capacidade de investimento deve ser ampliada. Mas ela depende basicamente das condições de oferta de crédito. As necessidades de investimentos são dadas, mas as necessidades de desembolso dependem do montante do crédito. Se eu tiver que pagar um investimento em cinco anos, eu terei um desembolso de xis. Se eu tiver que pagar esse mesmo empréstimo em dez anos, já é xis sobre dois. Isso é que está influenciando no limite do endividamento. Com as normas extremamente rígidas, por conta da política monetária igualmente rígida, esse endividamento está diminuindo. Mas eu temo que estejam ocorrendo desembolsos maiores. As restrições ao crédito, impostas pela política monetária atual, fazem com que os empréstimos sejam de prazos menores. Isso traz um efeito maléfico e, em última análise, estabelece um paradoxo com os objetivos da lei.

■ **P O senhor acredita, então, que a lei ainda deva merecer ajustes?**

R – Esses ajustes devem ser feitos, sem dúvida. Não acredito, porém, que isso seja feito antes da posse do novo presidente da República. Agora, seja qual for o novo presidente, ele terá necessariamente que tratar dessas questões, terá que flexibilizar a lei. A legislação tem que ser adequada à crise. Ela foi feita num momento em que a economia estava com um potencial inflacionário menos crítico, as pressões macroeconômicas eram menores e o nível da atividade econômica era mais efetivo, quer porque o PIB (Produto Interno Bruto) ainda crescia, porque a privatização e a liberalização de preços dos serviços de utilidade pública ampliaram a base da arrecadação. Agora, temos duas novas tendências: a queda do nível de atividade geral e a maior restrição da base tributária. Não há mais como expandir a arrecadação sem maiores prejuízos à atividade econômica, a não ser que se retome os investimentos. Esses problemas tenderão a aparecer de forma mais clara e intensa na campanha presidencial e certamente legitimará as demandas até agora reprimidas.

■ **P Voltando à questão do endividamento, nem toda dívida é ruim, não?**

R – A Lei de Responsabilidade Fiscal não impõe apenas alguns parâmetros administrativos e fiscais. Ela tem embutida uma visão da política fiscal pública. Para o setor público não é necessariamente válida a assertiva de que não se pode gastar mais do que se ganha. Você pode afirmar que um trabalhador não pode gastar mais do que ganha, mas você não diz o mesmo de uma empresa. Se fosse assim, ela jamais investiria ou teria que ter uma poupança prévia para investir. Não é esta a dinâmica do setor privado e nem do setor público. Vou te dar um exemplo. Um contribuinte, que reside numa determinada cidade, contribui com impostos e espera ver esse dinhei-

Parceria rende inclusão digital de 4 mil alunos

Embora esteja para entrar numa nova etapa, o relacionamento entre a Unicamp e os órgãos governamentais é histórico e tem rendido resultados significativos, sobretudo para a sociedade. No encontro com os prefeitos, marcado para os próximos dias 30 e 31 de agosto, alguns desses gestores públicos terão a oportunidade de falar sobre projetos executados em parceria com a Universidade. Uma das convidadas para testemunhar sobre a importância da maior proximidade entre a academia e os poderes públicos é Cleide Aparecida Berti (PTB), prefeita de Américo Brasiliense, cidade paulista com aproximadamente 30 mil habitantes localizada na região de Araraquara.

Com a orientação de especialistas da Unicamp, a Prefeitura de Américo Brasiliense adotou um programa de inclusão digital que tem beneficiado cerca de 4 mil alunos do ensino fundamental. Os professores da rede pública foram qualificados e passaram a utilizar o computador como uma poderosa e eficiente ferramenta educacional. Uma satisfação adicional, conforme a prefeita, foi registrar a participação da comunidade ao longo dos dois anos de implantação do projeto. "Graças à parceria com a Unicamp, nós estamos oferecendo uma melhor formação para os nossos estudantes, que lhes será útil para o resto da vida", diz a prefeita.

De acordo com Cleide, a cidade não teria condições de conduzir, sozinha, uma ação dessa envergadura. Ela destaca que, em-

bora os prefeitos conheçam bem a realidade de suas cidades, eles não têm condições de conhecer todas e alternativas e soluções disponíveis para os seus problemas. A aliança com a academia, nesse caso, torna-se fundamental para atender às demandas da população. A prefeita entende que os assuntos que serão tratados no encontro organizado pela Funcamp e Preac são de grande interesse dos municípios, sobretudo os que se relacionam com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reeleita para o cargo, Cleide afirma que não está tendo dificuldade para se adequar às exigências impostas pela legislação, pois teve tempo suficiente para se preparar. "Eu acabei criando a minha própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, a Prefeitura não gasta mais do que arrecada", assegura. Ela reconhece, porém, que nem todas as cidades estão na mesma situação e enfrentam sérios problemas para se manter nos limites de gastos estabelecidos pela lei. "Considero que a Unicamp poderá oferecer grande colaboração para essas cidades, seja por meio de orientação, seja através da condução de algum projeto em parceria com as prefeituras", analisa.

Fotos: Divulgação



A prefeita Cleide Berti e um dos milhares de alunos do programa de inclusão digital em Américo Brasiliense: professores da rede pública receberam orientação da Unicamp

ro revertido em serviços. Se você pega o recurso gerado por esse imposto e começa a poupar para dali a dez anos investir no abastecimento de água, podem acontecer algumas coisas. O cidadão pode ter morrido ou mudado de cidade nesse período. Ou seja, contribuiu mas não usufruiu. Em compensação, uma outra pessoa acaba de chegar à cidade. Ou seja, não contribuiu e usufruiu. Essa não é a lógica nem dos trabalhadores. Eles se endividam para comprar uma casa, um carro ou para fazer um tratamento médico. Depois, no tempo, se reequilibram. Então, não é a dívida em si mas a forma de endividamento é que pode ser ruim. Isso vale para as pessoas, para os governos e para as empresas.

■ **P A partir do encontro com os prefeitos, que tipo de contribuição a Universidade pode dar às prefeituras, sobretudo no aspecto da adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal?**

R – Primeiramente, não cabe à Universidade fazer assessoria direta às prefeituras. Mas cabe discutir se os princípios dessa lei são aplicáveis e imutáveis ou se são negociáveis. A academia pode mostrar que é possível se conviver com uma disciplina fiscal, sem ser necessariamente

esta. Cabe, ainda, mostrar também as implicações das posturas embutidas na legislação. Temos que tentar aclarar se as punições são de fato aplicáveis. Finalmente, cabe à Universidade mostrar o potencial dos novos instrumentos criados pela lei, que facilitam a administração fiscal. Hoje, o administrador público está muito mais respaldado para negar uma anistia, negar um privilégio fiscal. Ele tem que se expor para fazer isso e não pode fazer com o nível de endividamento anterior. Junto com o excesso dessa lei, houve algumas outras que trouxeram coisas positivas. A Emenda Constitucional número 29, por exemplo, prevê uma válvula de escape para as prefeituras aumentarem a arrecadação para a aplicação na área da saúde. Trata-se do IPTU progressivo, que além de ter um aspecto de potencializar a arrecadação de tributos, também tem um aspecto de justiça, de equidade tributária. As dificuldades impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal estão dissolvendo as resistências parlamentares à aplicação das taxas de serviços públicos. Na Constituinte, as taxas foram extremamente dificultadas. Se você não pode estabelecer uma taxa para a iluminação pública, por exemplo, todo mundo paga por esse serviço - tanto quem usufrui quanto o

quem não usufrui -, por meio dos impostos gerais. Então, cabe à Universidade mostrar esses novos instrumentos, cabe mostrar os horizontes.

■ **P – No encontro com os prefeitos, um outro tema importante a ser tratado é o Estatuto da Cidade. O senhor pode explicar o que é esse estatuto?**

R – O Estatuto da Cidade não será objeto de discussão, mas serão tratados os seus mecanismos de apoio à expansão da carga tributária em novos paradigmas, enquanto instrumento que auxilia o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal via expansão da arrecadação. Alguns instrumentos desse estatuto são claramente voltados para a arrecadação. Cabe à Universidade debater e orientar as administrações sobre o uso deles. Como a sociedade, politicamente, resiste à ampliação da carga tributária, tenho certeza que isso levará a um aprimoramento dos lançamentos dos impostos e a um cuidado maior com a inadimplência. É preciso aprimorar a distribuição da carga tributária, de forma a ampliar o montante total arrecadado. Eu não sou pessimista com os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas entendo que certamente ela terá que passar por algum tipo de flexibilização. (M.A.F.)

A nova abordagem clínica para distúrbios da apnéia

Pesquisadora apresenta estudo que contribui para diminuir controvérsias no diagnóstico e tratamento da doença

RAQUEL DO CARMO SANTOS

kel@unicamp.br

A primeira manifestação é um barulho incômodo para quem está dormindo ao lado. Além do ronco, surgem outros sintomas que podem evoluir até uma parada da respiração que dura segundos; depois são duas, dez, podendo chegar a mais de 30 paradas por hora de sono. É um quadro característico da Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono, mal presente em aproximadamente 40% da população. Os sintomas mais frequentes são: ronco, sono não repousante, sonolência diurna excessiva, diminuição da memória e dificuldades de concentração.

Tanto o diagnóstico como o tratamento adequado da apnéia têm gerado muitas controvérsias entre os especialistas. Certas alternativas de tratamento não apresentam resposta satisfatória e em alguns casos a doença pode agravar-se. Ana Célia Faria, cirurgiã bucomaxilofacial, valeu-se de sua experiência de 12 anos na área para oferecer sua contribuição no planejamento do tratamento, aplicando o estudo cefalométrico como complementação dos exames para detecção.

Síndrome atinge 40% da população e casos mais graves exigem cirurgia

A médica explica que vários fatores que podem levar à obstrução das vias aéreas superiores, como peso, altura, idade, sexo, anatomia esquelética e dos tecidos moles. Daí, muitas vezes, a dificuldade na indicação da melhor terapia. “Nos casos considerados mais leves, algumas mudanças comportamentais bastam para minimizar o problema. Em outros, porém, é necessária a intervenção cirúrgica”, afirma.

Ana Célia realizou uma pesquisa com 46 pacientes

Cirurgiã Ana Célia Faria:
“Em casos leves, mudanças comportamentais resolvem o problema”



Foto: Neldo Cantanti

do sexo masculino, colhendo os subsídios para sua dissertação de mestrado “Estudo cefalométrico em pacientes com distúrbios ventilatórios obstrutivos do sono”, apresentada em fevereiro junto à Faculdade de Ciências Médicas e orientada pelo médico otorrinolaringologista Jorge Rizzato Paschoal.

A cefalometria consiste em uma telerradiografia de perfil, com a sobreposição de uma folha de papel acetato em que se copiam as estruturas anatômicas e traça-se um desenho anatomo-radiográfico com pontos, linhas, planos, ângulos e medidas cefalométricas. Esse tipo de estudo já é tradicionalmente utilizado na odontologia para planejar a colocação de aparelhos ortodônticos. Por ser um método simples, permite estudar o posicionamento das partes ósseas (maxila, mandíbula e osso hióide) e de tecidos moles (palato mole, raiz lingual e parede posterior da faringe) que possam estar contribuindo para a obstrução das vias aéreas superiores. “Considerando tais medidas em conjunto com os outros exames obrigatórios, como a polissonografia e a nasofibroscopia, é possível planejar um tratamento

efetivo”, destaca.

Depressão – Segundo a pesquisadora, os pacientes acometidos pela apnéia obstrutiva mostram acentuada queda em sua qualidade de vida. “Elas apresentam deficiências na atenção, motivação e memória, que podem evoluir para depressão”. As repercussões sistêmicas das apnéias favorecem também os riscos de hipertensão arterial, arritmia cardíaca, hipertensão pulmonar, insuficiência cardíaca, infarto do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais.

A cirurgiã, em sua pesquisa, reforça a importância de se realizar uma abordagem multidisciplinar do paciente. Ela informa que a Unicamp já vem desenvolvendo esta experiência, reunindo especialistas das áreas de otorrinolaringologia, neurologia, fonoaudiologia e odontologia. “O grupo realiza reuniões periódicas para se traçar o diagnóstico e o tratamento adequado aos pacientes que procuram o ambulatório”, explica.

GENÉTICA

Portadores de doença rara têm genes mapeados

ISABEL GARDENAL

bel@unicamp.br

A Unicamp iniciou um estudo com 12 portadores de *Machado-Joseph*, uma doença genética rara e degenerativa que atinge algumas porções do cérebro de 1 em 100 mil pessoas no Brasil. A médica nuclear Elba Etchebehere e colaboradores investigaram se os pacientes analisados tinham a mutação do gene. Para isso, todos tiveram seus genes mapeados e se submeteram tanto ao SPECT cerebral quanto à ressonância magnética. Com os exames, foi possível reconhecer algumas alterações cerebrais nos pacientes: o SPECT cerebral detectou um déficit de funcionamento e, a ressonância, áreas atrofiadas.

Na verdade, esses pacientes já tinham uma suspeita clínica, por conta de herança familiar. Mesmo assim, a doença precisou ser comprovada por diagnóstico molecular. “Clinicamente, os pacientes mostraram distúrbios dos movimentos. Como o cerebelo (que controla o equilíbrio) e o vérmis (parte média do cerebelo) são responsáveis pelo movimento, estariam acometidos nos exames”, disse Elba na tese de doutorado “SPECT cerebral e ressonância magnética na doença de Machado-Joseph”, orientada pelo professor Fernando Cendes, da Faculdade de Ciências Médicas (FCM). Pelo SPECT cerebral e pela ressonância, a

Quanto maior a duração da doença, maior a atrofia do cerebelo e do vérmis



Foto: Antoninho Perri

A médica nuclear Elba Etchebehere:
estudando as alterações cerebrais nos pacientes

pesquisadora também identificou que estavam prejudicados os lobos frontais, temporais e parietais. “Ainda que haja suspeita destas áreas estarem comprometidas, é difícil confirmar o caso a partir de um exame neurológico, devido ao distúrbio da fala que os pacientes têm”, dimensiona.

Correlacionando-se o tempo de duração da doença com o grau de mutação do gene, deu para detectar que, quanto maior a duração da doença, maior a atrofia do cerebelo e do vérmis e, quanto maior o grau de expansão do alelo (uma parte do gene), piores as alterações cerebelares.

Em exames comparativos, entre pacientes normais e doentes, muitas áreas estavam alteradas,

a começar pelo volume cerebral, menor no doente.

Características – A manifestação clínica da doença varia de acordo com a população. No Brasil, a média etária gira em torno de 40 anos e, em alguns relatos, aos 25, mas não se tem registro em crianças, embora já presente no gene. A probabilidade de um portador transmitir geneticamente a doença é de 50%.

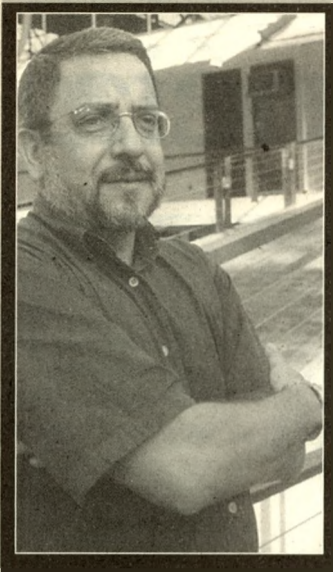
O quadro clínico é dominado por falta de coordenação motora, atingindo a fala, os movimentos finos das mãos e provocando alterações oculares. Com o tempo, a doença se agrava. Os pacientes não se movem, têm dificuldade para falar e ficam confinados à cadeira-de-rodas. “Eles passam a não comer, engolir e respirar. É uma doença dramática e sem cura. Aqui definimos ao menos as regiões afetadas”, conclui Elba.

Origem – Segundo a literatura, a origem da doença de Machado-Joseph no Brasil se deu quando o gene responsável por ela foi transportado para cá pelas navegações portuguesas, em 1500, sendo descrita pela primeira vez em 1972, em uma família luso-americana descendente de Guilherme Machado, nascido nos Açores. No mesmo ano, foram descritos outros 12 casos na família de José Tomás, que emigrou para os Estados Unidos. Daí a designação Machado-Joseph.

Elba conta que, nessa época, por causa das perseguições religiosas, os hospedeiros da doença foram se espalhando e, talvez por isso, haja uma incidência pouco maior no Brasil, nos Estados Unidos e na maior parte do ocidente.

Dependência crônica

■ MARIANO LAPLANE



A crise econômica que atinge o Brasil e outros países da América Latina tem como determinantes externos a eclosão das conseqüências negativas da especulação financeira desenfreada dos anos 90 e da desaceleração do crescimento dos países desenvolvidos. No plano regional, o principal determinante é o aprofundamento da crônica dependência de financiamento externo, raiz de nossa vulnerabilidade econômica, provocado pelas reformas neoliberais dos anos 90.

As reformas foram implementadas com a promessa de que delas resultariam crescimento sustentado e redução das desigualdades. Propagava-se que o mercado teria êxito enfrentando os desafios nos quais o Estado tinha fracassado. Ainda no final dos anos 90 era vi-

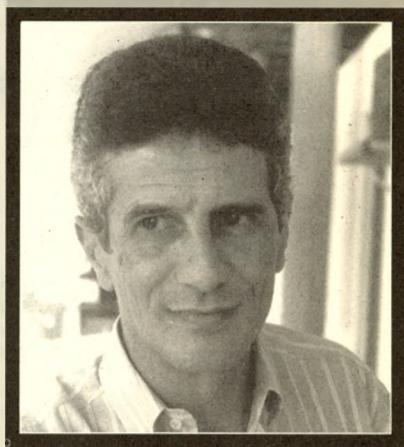
sível a incapacidade dos reformadores neoliberais de cumprir suas promessas. Os resultados das reformas em termos de crescimento foram decepcionantes, comparáveis aos da década de 80. As desigualdades, no lugar de diminuir, aumentaram em muitos países. A vulnerabilidade externa aumentou.

O agravamento da vulnerabilidade externa da economia regional em função da liberalização financeira e comercial tornou-se evidente ainda nos anos 90 na crise do México, em dezembro de 1994, da Ásia, em meados de 1997, da Rússia, em 1998, e do Brasil, no início de 1999. A despeito do fracasso evidente, em cada um desses episódios os neoliberais no Brasil e na região decidiram manter o rumo, ampliando as reformas para fortalecer o modelo. Ironicamente, a receita para enfrentar os pro-

blemas era perseverar nas políticas que os provocaram. Exemplo trágico foi o do ministro Cavallo, na Argentina, e seu quimérico "déficit zero". Não menos patéticos resultam os sucessivos pedidos de socorro ao FMI das mesmas autoridades econômicas que juravam de pé junto que os fundamentos da economia brasileira estavam em ordem.

A atual crise dos países desenvolvidos nos encontra dessa forma numa situação de extrema vulnerabilidade, cuja reversão requererá esforços significativos. O legado da crise para o futuro presidente do Brasil é a árdua tarefa de reduzir gradativamente a fragilidade externa da nossa economia para que a política econômica possa reassumir seu papel de promover o crescimento e a redução das desigualdades.

■ FRANCISCO LOPREATO



A atual crise econômica da América Latina é o resultado do modelo de economia liberal adotado desde o início dos anos 90. A estabilização com valorização das moedas naci-

Quatro professores do Instituto de Economia da Unicamp analisam a crise que atinge o Brasil e outros países da América Latina e mostram o legado do futuro ocupante do Palácio do Planalto

Todos

O próximo presidente da República terá que manter o superávit primário nos atuais patamares a qualquer custo, reduzir a dívida pública e ser menos dependente de financiamentos externos. A avaliação é do professor Otaviano Canuto, para quem o País sucumbirá a uma crise sem precedentes se não adotar com urgência uma política de austeridade fiscal.

■ **Jornal da Unicamp – Que análise o senhor faz da crise econômica que atinge os países do Mercosul?**

Otaviano Canuto — É uma crise regional, *ma non troppo*. A realidade dos países da América Latina afetados nessa crise de liquidez é muito diferenciada. Não é adequado colocar no mesmo saco a situação argentina, brasileira e uruguaia. Dos três, a única vítima mesmo é o Uruguai. Por causa da dependência com a Argentina e com o Brasil, o Uruguai está em recessão já há três anos. Na verdade, essa crise uruguaia mais recente foi um contágio direto da situação da Argentina. Como o sistema bancário uruguaio de dólar livre tinha uma parcela muito grande de depósitos dolarizados argentinos, os saques acabaram criando um problema de liquidez.

■ **P – Como o senhor vê a situação da Argentina?**

R — É uma situação de insolvência, de literal falência do país. Trata-se de um colapso econômico muito antes anunciado: mantiveram a rigidez cambial mesmo quando esta já tinha passado todos os limites de viabilidade. Com o tempo, a profunda recessão agravou os problemas fiscais e aí instaurou-se um círculo vicioso que resultou na quebra do sistema bancário e do sistema de meios de pagamentos. Na verdade, o problema fiscal federativo é ainda muito mais intenso do que em qualquer outro país da América Latina. O modelo argentino chegou à falência, não é o caso brasileiro.

■ **P – Quais são os componentes que diferenciam a crise de liquidez brasileira daquela registrada na Argentina?**

R O principal componente no caso brasileiro é o medo do futuro fiscal. Quando você olha a conta atual não tem por que haver essa crise de liquidez, já que as metas fiscais têm sido alcançadas e não há a trajetória rumo ao abismo como havia na Argentina. Por outro lado, o governo FHC não conseguiu propiciar o crescimento da economia e do emprego. Como os mercados sabem que sem apoio popular as reformas feitas no governo FHC podem ser revertidas, os credores optaram por minimizar a exposi-

ção ao Brasil até que o futuro fique mais claro. A diferenciação entre os casos nacionais na América Latina é importante porque, quando se misturam todos os países no mesmo saco, só sobram generalidades sem conteúdo do tipo "crise do neoliberalismo", "crise da política imposta pelo FMI". Mas é preciso ir além dos chavões e examinar as peculiaridades dos casos. No Brasil, pelo menos, não se trata de um colapso iminente.

■ **P – Até que ponto o senhor acha que o recente acordo fechado pelo Brasil com o FMI pode significar archo nas contas públicas? Como o futuro presidente deve agir nesse cenário?**

R — Não mais do que estava esperado ou programado. O acordo era inevitável. E tem mais: um candidato de oposição que eventualmente vencer as eleições arranhou até uma boa desculpa. O próximo presidente vai ter de, no mínimo, durante algum tempo, manter o superávit primário do setor público no patamar em que ele está. Não haveria outro cenário possível. As atuais metas fiscais vão ter que ser prorrogadas por algum tempo, caso contrário aí sim teremos uma crise aberta. Como a manutenção desse superávit está contemplada no acordo, a carapuça vai servir para todos os candidatos. Principalmente, porque me parece que o acordo foi espertamente construído para não criar fontes de atrito. Não houve outras condicionalidades do Fundo, não entrou na pauta nenhuma cláusula exigindo qualquer outro tipo de medida colateral. Ele se ateve ao superávit primário.

■ **P – E quanto às metas de inflação contidas no acordo? O senhor não acredita em alta?**

R — Elas são frouxas, não vão significar uma camisa de força mais forte que a atual sobre o novo governo. É possível que a inflação seja mais elevada, mas seria de um dígito. A margem do acordo dá uma folga inclusive para essa inflação passar um pouco das metas oficiais no ano que vem. O acordo foi folgado. Algo que ficou claro no processo de negociação.

■ **P – Até que ponto a crise cambial de 1999 teria sido um indicio do que estaria por vir?**

R — Foi mais do que isso. Foi uma crise do regime cambial anterior. Felizmente a nossa resposta foi a flexibilização, que se não é nenhuma panacéia é menos ruim do que a manutenção da âncora cambial, como fez a Argentina. Com o câmbio flexível, a economia sinaliza para os agentes privados as alterações de estratégias e fica a esperança de redução da vulnerabilidade mediante saldos comerciais positivos quando encolhem as fontes de capitais no exterior.

■ **P – O senhor poderia exemplificar?**

R — Se o dólar fica mais caro, você cria um estímulo ao aumento das exportações e à redução de importações. Você torna o crédito externo mais caro. Você dá sinalização para os agentes econômicos reagirem ao problema. Já o câmbio fixo empurra os agentes privados para o caminho inverso do ajuste. Foi o que aconteceu com a Argentina: com o câmbio fixo, a economia continuou em recessão, os problemas de competitividade permaneceram e não houve nenhuma tábua de salvação para resolver o problema. O Brasil melhorou em todos os indicadores econômicos de 1999 para cá, entre eles o saldo comercial.

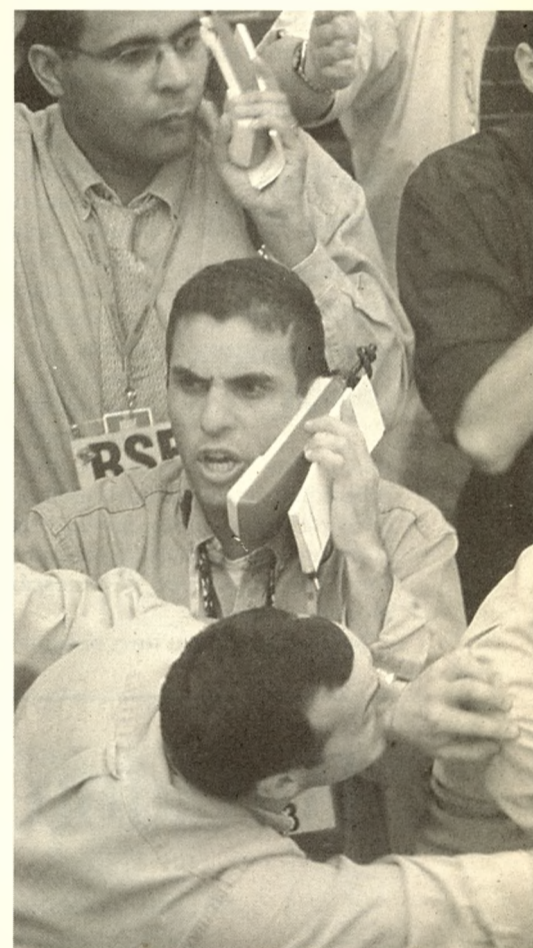
■ **P – Como o senhor avalia o comportamento das taxas de juros nesse período?**

R — As taxas de juros que estavam sendo aplicadas para segurar o regime cambial anterior eram muito mais altas do que as de hoje. Nos primeiros anos do cruzado, particularmente em 1996 e 1997, em termos reais, o Banco Central teve que colocar a taxa de juros reais em mais de 20% ao ano. Hoje está em 11%: ainda é elevadíssima, mas é cadente.

■ **P – Os críticos do modelo econômico adotado pelo Brasil atribuem o atual cenário de crise ao casamento entre o câmbio fixo e as taxas de juros. O senhor concorda?**

R — Foi uma das causas. Nós pagamos hoje o preço da demora da transição do Plano Real para depois das eleições de 1998. A Argentina confirma essa regra, já que a intensidade vivida pelo país é proporcional à demora em sair do câmbio ultra-rígido em que ela estava. Não corremos esse risco, já que o câmbio flutuou. Isso não quer dizer que não tivemos e não vamos ter problemas, mas é melhor com os problemas de confiança se expressando na flutuação cambial do que escondidos no câmbio rígido.

■ **P – Quais seriam as outras causas?**



R — Na primeira fase do Plano Real deve-se destacar, além do câmbio congelado, também a questão fiscal. No primeiro mandato de FHC a gestão fiscal não foi adequada para um programa de estabilização. Os gastos públicos explodiram, foi uma festa. No segundo mandato ele foi obrigado a passar para um superávit primário, até porque um componente da crise em 1999 era basicamente um problema fiscal, não só de câmbio fixo. O dinheiro começou a sair do Brasil porque a trajetória do endividamento público brasileiro era explosiva, ficou insustentável. Os anos de 1999 e 2000 acabaram sendo mais tranquilos porque houve a grata surpresa de o governo conseguir criar o superávit primário. Saímos de um déficit nominal de 7,5% do PIB para um superávit primário de 3,5%. Aí tirou a trajetória do endividamento da implosão. As dúvidas hoje ainda são fiscais. O componente interno dessa crise agora é o receio de que o próximo governo – qualquer que seja ele – não consiga segurar esse superávit primário.

■ **P – Os bancos nunca lucraram tanto como agora. Como o senhor avalia o papel dessas instituições num momento como esse, sobretudo no que diz respeito à concessão de linhas de crédito e de financiamentos?**

R — Vejo o banco como qualquer empresa

ônus da retração

onais, ao lado da abertura comercial indiscriminada e da liberalização financeira, provocaram a deterioração das contas do balanço de pagamentos e a necessidade de captar crescentes volumes de recursos externos.

A vulnerabilidade externa tornou os países dependentes da liquidez internacional e obrigados a sustentar altas taxas de juros, bem como ofertar uma série de ativos (como dívida pública e privatizações) capazes de garantir a rentabilidade dos capitais dispostos a financiar o buraco das contas externas.

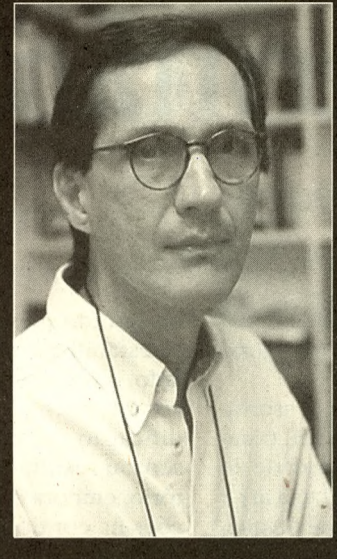
A ampla liquidez internacional garantiu taxas de crescimento expressivas durante algum tempo. Entretanto, a retração após as crises da Ásia e da Rússia desnudou o quadro de fragilidade externa e forçou a adoção de medidas econômicas restritivas. Os resultados foram a desaceleração econômica e as fortes oscilações das moedas nacionais quando há sinais de estresse no mercado internacional.

O estouro do dólar e do risco-país refletiu o medo da comunidade financeira internacional de os países não honrarem as suas obrigações externas. O remédio para conter as turbulências tem sido a captação de recursos no FMI. No entanto, o apoio do FMI só ocorre caso os países aceitem determinadas metas impostas pela instituição e a redução da atividade econômica.

As situações de Argentina, Uruguai e Brasil (só para ficar nos países do Mercosul) ilustram bem as dificuldades: No país pentacampeão do mundo, o Plano Real garantiu a queda da inflação, mas deixou pesada herança ao próximo presidente. Inúmeros nós precisam ser desatados, entre eles, a baixa taxa de crescimento, o problema do balanço de pagamentos, a dívida pública, o endividamento externo, a instabilidade cambial e o desemprego. Boa sorte ao futuro presidente, seja ele quem for.

Esgotamento de um ciclo?

■ RICARDO CARNEIRO



Há quase um consenso entre os economistas quanto à natureza da atual crise cambial. Sua razão está na restrição de crédito à economia brasileira e às demais economias emergentes a partir dos principais centros financeiros, sobretudo os EUA. A crise é mais geral e traduz-se numa contração dos financiamentos que atinge indistintamente grandes corporações americanas e européias e países emergentes de pior classificação de risco.

Pode-se falar atualmente numa fuga dos investidores para a qualidade, com a substituição de investimentos em países e empresas mais frágeis por outros de maior solidez.

Da perspectiva dos países subdesenvolvidos essa situação não é nova. Desde a crise asiática e sua disseminação em

1997 e 1998, os fluxos de investimento escassearam. Naquele momento, a retração dos financiamentos ocorreu por problemas derivados da trajetória dos próprios países emergentes.

Isso chama a atenção para a natureza distinta da atual contração associada principalmente aos problemas financeiros dos EUA como queda da bolsa e fraudes, decorrentes da desaceleração da economia americana e do provável esgotamento do ciclo de crescimento dos anos 90.

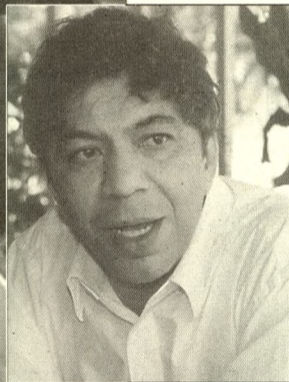
Para as economias atrasadas que se tornaram excessivamente dependentes de capitais externos, caso da brasileira e das demais latino-americanas, a retração de crédito criará problemas cuja intensidade será ditada pelo tamanho dessa dependência.

os ônus do presidente



Agência Estado

Operadores da Bovespa: tempos de apreensão no mercado financeiro



Canuto: "Acordo com FMI foi espertamente construído para evitar atritos"

privada. Na verdade, a taxa de lucro no Brasil é muito elevada. Os juros são elevados porque lá na base tem uma coisa chamada setor público que precisa rolar uma dívida monstruosa. O poder de barganha do Estado brasileiro é baixo. Toda vez que ele precisa rolar essa dívida, tem que ir ao mercado e pagar juros elevados, porque, do contrário, o pessoal não compra. O risco brasileiro é elevado. Essa base de juros paga pelos títulos da dívida pública acaba sendo a base da pirâmide sobre a qual estão todas as taxas de juros. Em última instância, os bancos ganham dinheiro hoje porque o setor público deve. A única forma de acabar com isso no longo prazo é reduzir a dívida pública. Só assim aumenta o poder de barganha do setor público brasileiro, que poderá baixar as taxas de juros. Aí os bancos vão ter que aprender a ganhar dinheiro de outro jeito.

■ P – A que o senhor atribui a queda no volume de exportações?

R – No curtíssimo prazo as exportações estão sendo afetadas pelo outro lado da moeda dessa crise de liquidez, que é a crise de confiança lá no núcleo duro do capitalismo, da economia de mercado. Trata-se de um problema gravíssimo. Em tais situações de crise – Enron, WorldCom etc —, os mercados financeiros ficam extremamente avessos ao risco.

■ P – Em que medida esses escândalos afetam o desempenho nas exportações?

R – Afetam diretamente. Quando há uma aversão aos riscos, os portfólios e as carteiras se livram dos papéis mais arriscados. Aí entra o Brasil, inclusive. Ele faz parte de uma área de alto risco na classificação de risco de crédito, pelas agências de rating, por conta do histórico e dos próprios indicadores macroeconômicos do país etc. Particularmente o Brasil foi vítima no seguinte caso: o Federal Reserve (FED, banco central dos EUA) avisou os bancos americanos que ia pedir uma transparência de qual é o grau de exposição ao risco que essas instituições estão dispostas. E estrategicamente esses bancos resolveram limpar um pouco suas respectivas carteiras de risco antes de revelar ao público. Está todo mundo nervoso com notícias da saúde da J.P.Morgan, do Citibank, inclusive porque tiveram fortes prejuízos com a Argentina. No mercado, todo mundo morre de medo que esses bancos sejam afetados também por um colapso brasileiro. Eles optaram então por um corte radical na exposição ao Brasil.

■ P – Que setores foram mais afetados com esse corte?

R – Envolveu corte até de linhas de crédito que nunca foram atingidas em crises anteriores. Vamos aos exemplos: uma linha de crédito comercial de curtíssimo prazo, adiantamento de contrato de câmbio para exportadores, linha de crédito para importadores etc. Isso não ocorreria nem em 1987, mas como o calote da Argentina bateu até nessas linhas de crédito, os bancos, para satisfazer seus acionistas e seus bancos centrais, resolveram limpar suas carteiras a qualquer custo. Por isso que a liquidez sumiu de repente. Não houve rolagem de dívida de empresa privada, secou o dinheiro e esse é um elemento central para entender a profundidade dessa crise, que é exagerada se a gente olhar as estatísticas fiscais de 2001 e 2002.

■ P – O que revelam as estatísticas?

R Nada de dramático. Se você olhar para os lados, só terá duas fontes: o medo do futuro e essa coisa externa que pega o Brasil numa situação mais vulnerável. Chile e México, por exemplo, sofreram um pouco do impacto disso, mas em baixíssimo grau, porque a avaliação de risco desses países não é tão ruim quanto a do Brasil. Então num curto prazo você tem esse efeito trágico sobre o País, sobretudo nas exportações que dependem das linhas de crédito. Por isso que o pacote do FMI só vai se completar em termos de efeito se – e quando – os bancos internacionais voltarem atrás e reabrirem as linhas de crédito. O acordo com o FMI ajudará a evitar um colapso, mas não vai eliminar as turbulências, no mínimo até 2003.

■ P – Setores da oposição vêem ingerência no papel de algumas empresas multinacionais na política econômica do governo, acusando-as inclusive de especular com o chamado capital volátil. O senhor concorda com as críticas?

R – Não é uma coisa tão simples assim. Se o mercado fosse uma coisa tão controlável, não existiriam as crises. A especulação miúda colocaria em risco os lucros verdadeiros, que são as operações de maior calado. Vai ser difícil você encontrar um J.P.Morgan, um Citibank, uma Esso se propondo a ganhar dinheiro especulando com mercadinho de títulos e dívida. As multinacionais têm uma influência inegável sobre a condução da política lá nos Estados Unidos, mas não há uma participação direta no mercado. Agora, certamente o medo desses bancos quanto ao efeito de um colapso brasileiro deve ter ajudado seu lobby junto ao governo americano para facilitar o acordo.

■ P – Mas, no caso do acordo com FMI,

tornou-se pública a pressão feita pelas multinacionais e por bancos estrangeiros estabelecidos no Brasil para que o empréstimo fosse liberado.

R – Isso faz sentido. Mas diria que essa pressão foi feita principalmente pelo setor financeiro. Porque como o momento internacional é delicado e como uma quebra brasileira jogaria gasolina no fogo, ocorreu uma comunhão de interesses. Estou querendo chamar a atenção para o seguinte: devem ter exercido essa influência, mas se não fosse uma coisa conveniente para todo mundo não teria sido feita. Também não foi boa para ninguém a quebra da Argentina, no entanto por maior que tenha sido a pressão de bancos espanhóis interessados em uma saída rápida da crise, nem por isso a arquitetura financeira internacional mudou a postura. Ela deixou a Argentina secar do jeito que está secando.

■ P – Numa situação de crise, o fato de o Brasil ser um país potencialmente consumidor faz diferença?

R – Faz, nessas circunstâncias. A crise externa potencial e o medo de contaminação por uma quebra brasileira influenciaram muito mais talvez do que perspectivas de longo prazo do mercado consumidor. Para o bem ou para o mal, a economia internacional e mesmo a economia brasileira não operam de modo tão organizado ou controlado. O que acontece é o medo de que isso rebata em Wall Street e aprofunde ainda mais o outro medo, que é o da exposição dos bancos.

■ P – Que lição o senhor acha que pode ser tirada dessa crise?

R A primeira lição é que, de fato, só há um caminho para o País se ver menos vulnerável às oscilações de humor do mercado internacional: o Brasil precisa ser menos dependente desse financiamento externo. É preciso que, com o tempo, a gente consiga reduzir o nosso déficit na conta corrente da balança de pagamentos. Essa é uma parte da história. A outra parte é que nós não vamos conseguir reduzir esse déficit se a gente não reduzir a dívida pública. O País necessariamente vai ter que aprender a ter uma política de crescimento, mas sem abandonar nos próximos anos uma política de austeridade fiscal. Enquanto o Estado não se tornar menos dependente do financiamento pelo setor privado nacional ou estrangeiro, não conseguirá reduzir as taxas de juros. Se não conseguir as taxas de juros, a economia não vai andar. O próximo presidente terá que apresentar uma atuação fiscal austera. Se não fizer isso, aí sim o país entrará numa crise sem precedentes.

Polpa de açaí para guardar no armário

Novo processo conserva as propriedades do fruto sem necessidade de congelamento

ISABEL GARDENAL
bel@unicamp.br

A polpa de açaí pode ficar estocada por cinco meses mesmo em temperatura ambiente, fora do congelador, garantindo-se sua conservação e sabor, segundo método estudado pela engenheira de alimentos Deise Alexandre. Ela adotou um novo processo com aplicação da tecnologia de barreiras, cujo princípio é a combinação de fatores de conservação que controlam a população microbiana dos alimentos.

A dissertação de mestrado – “Conservação da polpa de açaí através da tecnologia de obstáculos e caracterização reológica” – foi apresentada na Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Denise explica que o principal método de conservação utilizado hoje é o congelamento do fruto. “Sobretudo porque

a sua degradação é muito rápida e não passa de 12 horas mesmo sob refrigeração”, esclarece.

As barreiras no processo de conservação incluíram diminuição do pH, tratamento térmico, redução da atividade de água pela adição de sacarose (açúcar) e de sorbato de potássio (conservante) que, agregados, estabilizam e promovem a segurança do alimento. “Este produto pode ser utilizado em suco, néctar, sorvete, açaí de tigela”, diz a mestrandia, que foi orientada pelas professoras Míriam Dupas e Rosiane Lopes.

A aplicação dessa tecnologia revelou-se uma opção simples e vantajosa em relação ao processo industrial normal, pois possibilita ao produtor uma economia de energia elétrica e de investimento. Observou-se que o pH, os sólidos solúveis e a peroxidase (enzima responsável pela oxidação) se mantiveram praticamente estáveis durante o armazenamento. A acidez aumentou até

o segundo mês e depois se estabilizou. Por outro lado, o tratamento térmico da polpa com acidificação também apresentou resultado satisfatório, embora com alterações na cor do fruto (escurecendo e diminuindo a intensidade do vermelho e do amarelo).

Paralelamente, durante a pesquisa, outro aspecto importante foi avaliado por Deise: a obtenção de parâmetros para auxiliar o processo industrial. Foram estudadas as propriedades reológicas da polpa de açaí, ou seja, o que ocorre com o produto sob limites de resistência à deformação. Os ensaios se deram em temperaturas de 10, 25, 40, 55 e 70 graus centígrados, que são geralmente aplicadas em processos industriais de polpas. Essas informações contribuem para a obtenção de um produto estável quanto à pasteurização, acidificação, estabilidade microbiológica, armazenamento e aceitação

sensorial, e também para o desenvolvimento de equipamentos.

Propriedades – Bastante consumido por atletas, o açaí possui propriedades nutricionais e valor calórico incontestáveis. É rico em proteínas, fibras, lipídeos, vitamina E e minerais, além de apresentar elevado teor de pigmentos antocianinas, recomendados ao controle do colesterol. Favorece ainda a circulação do sangue e melhora as funções intestinais. Na região amazônica, a polpa de açaí é empregada inclusive como ingrediente básico: em refrescos e sorvetes, engrossado com farinha d'água ou de tapioca, acompanhando peixes, camarão seco, carnes, arroz e feijão.

Açaí sofre degradação em 12 horas mesmo sob refrigeração



Fotos: Reprodução

Imagens do açaí na região amazônica: usado como ingrediente básico pela população

INTERNET

Música na web para ouvir, editar e ensinar

RONEI THEZOLIN
ronei@unicamp.br

Ouvir música pela web tornou-se um hábito e a tecnologia aplicada nos sites vem tornando o entretenimento cada vez mais acessível. Pensando em difundir partituras e oferecer ao professor uma ferramenta para ensinar música, Cláudio Roberto Araújo desenvolveu o software JavaMusic. O aplicativo permite a edição de partituras e o ensino a distância para alunos da escola fundamental, devido à facilidade de uso dos recursos. O trabalho serviu como dissertação de mestrado do músico na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Unicamp.

Gerado com a extensão xml, o arquivo pode ser manipulado em um editor de textos e transmitido por e-mail. O acesso ao software é totalmente livre. “O objetivo principal foi desenvolver um instrumento que desnudasse os elementos da música, despertando este prazer em crianças e jovens do ensino fundamental”, afirma o professor Leonardo Souza Mendes, da FEEC, que orientou a dissertação.

Cláudio Araújo explica que mesmo sendo uma ferramenta ainda em desenvolvimento, ela já traz agilidade e dinâmica na construção, edição e execução de partituras para uso na Internet. “Mostramos ser possível agregar uma partitura ao ambiente da web, sem recorrer aos recursos tradicionais como escanear, recortar e montar um livro ou apostila”, comemora o músico.

O JavaMusic apresenta outro grande diferencial, que é a capacidade de utilização por várias pessoas ao mesmo tempo e de qualquer computador, como se estivessem em uma sala de aula. “A maioria dos softwares no mercado não tem este recurso”, ressalta Araújo, que vem aperfeiçoando o software a cada dia. “Ainda é preciso aprimorar a questão da musicalidade, pois o próprio computador que utilizamos não está compatível”. Leonardo Mendes acrescenta que o programa não foi desenvolvido para dar resposta em tempo real. “A música tem uma estrutura temporal bem definida. O músico pode interpretá-la, mas a máquina, não. Então é preciso

Mestrando desenvolve o JavaMusic para atingir alunos da rede pública



Foto: Neldo Cantante

O professor Leonardo Mendes e o orientado Cláudio Araújo: provando que é possível agregar partituras ao ambiente web

que a engenharia aperfeiçoe o hardware, o que já está acontecendo”, adianta o professor.

Nas escolas – Leonardo Mendes informa que experiências com o JavaMusic nas escolas públicas serão realizadas no próximo ano. “Vamos escolher unidades já com estrutura montada e onde o professor utilize a ferramenta no início do aprendizado. Será possível fazer associações mais fáceis de som e notação musical”, afirma. Feita a experimentação, a idéia é preparar um livro contendo as orientações para instalação e utilização do software. “É uma maneira de difundir o trabalho acadêmico e contribuir com as escolas”, completa.

O JavaMusic será integrado ao PGL (*The Partnership*

in Global Learning ou Parceria para o Ensino Global), um projeto internacional que une cinco instituições para discussão, pesquisa e desenvolvimento da educação a distância. É um projeto iniciado há quatro anos, com recursos iniciais de US\$ 1 milhão da Lucent Foundation. São parceiros a Fundação Getúlio Vargas, Instituto Tecnológico de Monterrey (México), PUC-Rio, Universidade da Flórida e Unicamp.

Para saber mais

<http://sheratan.mc21.fee.unicamp.br/~craraujo/mestrado/>
<http://www.mc21.fee.unicamp.br/mc21/>

A repressão passada a limpo

Unicamp participa de comissão que vai resgatar história de vítimas da ditadura militar

Fotos: Neldo Cantante

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

A Unicamp vai ajudar a coletar provas e informações sobre os fatos que ocorreram com os presos e desaparecidos políticos que estiveram sob a responsabilidade ou guarda de órgãos públicos do Estado de São Paulo durante a ditadura. Termo de cooperação nesse sentido foi assinado no último dia 13 de agosto, entre a Universidade e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Os objetivos da parceria são consubstanciar e acelerar os processos que requerem do poder público estadual indenização pelas seqüelas deixadas pelas torturas físicas e/ou psicológicas praticadas contra os adversários do regime militar. De acordo com a lei nº 10.726/2001, a reparação pecuniária para esses casos variará de R\$ 3,9 mil a R\$ 39 mil, conforme a gravidade das seqüelas.

A Unicamp vai auxiliar a Comissão Especial que analisa os pedidos de indenização a promover o levantamento dos dados. Para isso, a Universidade colocará à disposição do Estado o projeto "Documentos e Memórias da Repressão Militar e Resistência Política: Brasil – 1964/1982", coordenado pela professora Maria Lygia Quartim de Moraes, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Outra fonte de pesquisa será o arquivo "Brasil: Nunca Mais", que contém a microfilmagem de aproximadamente 5 mil processos que correram no Superior Tribunal Militar de 1964 a 1970.

O cruzamento das informações contidas nos dois acervos permitirá constatar com precisão se há registros de prática de tortura em repartições públicas estaduais contra os requerentes. Segundo a Secretaria de Justiça, já foram protocolados 1.190 pedidos de indenização. Destes, 58

O secretário estadual de Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, ouviu a mensagem do reitor Brito Cruz às vítimas da ditadura e parentes: "Oportunidade para a Universidade colocar sua estrutura e seus conhecimentos a serviço da sociedade"



já foram julgados, sendo que 11 foram indeferidos. A expectativa do Fórum dos Expressos e Desaparecidos Políticos de São Paulo é que o número total de requerimentos chegue a 1.500. A Assembleia Legislativa deverá votar brevemente, em regime de urgência, projeto de lei que concede mais 90 dias de prazo para que os interessados ingressem com novos pleitos.

Segundo o reitor Carlos Henrique de Brito Cruz, a participação da Unicamp nesse esforço de reparação contra os crimes perpetrados durante a ditadura "é mais uma oportu-

nidade para a Universidade colocar a sua estrutura e seus conhecimentos a serviço da sociedade". A iniciativa do Estado, disse o reitor, é meritória, pois destoa positivamente do funcionamento da máquina burocrática. "Ao invés de impor ao interessado a responsabilidade de correr atrás dos documentos que comprovem a sua declaração, o Poder Público é quem está assumindo essa tarefa. Trata-se de uma relação mais respeitosa e civil com os cidadãos", acrescentou Brito Cruz.

Os objetivos da parceria são consubstanciar e acelerar os processos



■ Folha de S. Paulo

8 de agosto - Transformar grãos de milho em remédio pode ser o caminho para combater uma doença que atinge frangos e dá mais de R\$ 60 milhões por ano de prejuízo à avicultura brasileira. Cientistas da Unicamp acharam uma molécula que pode combater o problema e já dominam a técnica de engenharia genética para fazer com que o milho produza.

8 de agosto - A proposta de convocação antecipada de eleições para a Presidência ou para o Congresso, que consta do programa de governo de Ciro Gomes, da Frente Trabalhista, afrontaria os princípios básicos do presidencialismo e seria um elemento do bonapartismo que caracterizaria o candidato, segundo cientistas políticos ouvidos pela Folha. (...) "A proposta atenta contra princípios fundamentais do presidencialismo", diz o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, professor da Unicamp.

■ O Estado de S. Paulo

9 de agosto - A falta de integração com outros projetos e ações na área de influência dos mananciais de São Paulo foi a principal crítica de representantes de prefeituras e ambientalistas ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima) dos trechos Norte, Leste e Sul do Rodoanel, apresentado nesta quinta-feira, durante o workshop Rodoanel e as Águas Metropolitanas, em São Paulo. (...) Além disso, precisam ser considerados os projetos urbanos de todas as cidades envolvidas e as políticas

estaduais para agricultura, mananciais, habitação, energia e abastecimento, entre outros", disse a engenheira Emília Rutkouski, da Unicamp.

■ O Povo

9 de agosto - O 11 de agosto, este ano, reúne mais de uma comemoração: Dia dos Pais, do Advogado e de Santa Clara, padroeira da televisão. (...) São tantas boas razões para escrever e, no entanto, vou optar por outra, que me incomoda há tempos: o sucateamento dos órgãos públicos, em especial das universidades federais. (...) A UFRJ é a maior instituição federal de ensino superior brasileira, com 39 mil alunos matriculados. A USP e a Unicamp, igualmente grandes universidades, pertencem ao governo de São Paulo.

■ Valor Econômico

8 de agosto - Depois de ter tido até que recrutar engenheiros russos no ano passado para suprir a falta de mão-de-obra especializada na área de engenharia, a Embraer decidiu agora buscar parcerias com universidades para formar um novo quadro de profissionais. (...) Além da parceria com o ITA, a Embraer já firmou este ano acordos com a Unicamp, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

■ Correio Popular

9 de agosto - O desenvolvimento de uma tecnologia

mais limpa e mais barata para melhorar as características das superfícies dos metais ganha um aliado no Instituto de Física Gleb Wataghin, da Unicamp: a inauguração, às 16h, do Laboratório de Implantação Iônica e Tratamento de Superfícies (LIITS), o primeiro no País com tecnologia 100% nacional.

9 de agosto - Campinas teve ontem o dia mais quente registrado no mês de agosto nos últimos dois anos. Às 15h12, o Centro de Ensino e Pesquisas em Agricultura (Cepagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) registrou 32,5°C.

9 de agosto - Os interessados em solicitar isenção da taxa de inscrições do vestibular 2003 da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) poderão adquirir a ficha de inscrição até essa sexta-feira, nas agências credenciadas do Banespa.

8 de agosto - Os resultados da segunda bateria de exames de saúde em moradores do bairro Recanto dos Pássaros, divulgados pela Vigilância Sanitária de Paulínia, na última quinta-feira, reacenderam o embate científico entre os responsáveis pelas análises e médicos e pesquisadores que contestam a interpretação desses resultados. (...) De outro, pesquisadores

como o toxicologista Angelo Trapé, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) especialista em pesticidas, que contesta veementemente a gravidade das intoxicações.

■ O Globo

8 de agosto - O sistema de votações eletrônicas do Senado Federal funciona, a partir de hoje, com correções feitas pelo Centro de Processamento de Dados (Prodasen) e pela Secretaria-Geral da Mesa, seguindo critérios da Unicamp. A informação foi dada pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

■ Portal Uníviersia

7 de agosto - A área de Saúde da Unicamp ministra, desde ontem, dia 6 de agosto, a primeira oficina do Curso de Capacitação de Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde.

■ Panorama Brasil

7 de agosto - Uma nova tecnologia de tratamento de superfícies que está em fase de testes na Universidade de Campinas (Unicamp) poderá revolucionar a fabricação de componentes. Leia clipping diário da Unicamp em http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/canal_unicamp_midia.html

SOLUÇÕES FINANCEIRAS

CRÉDITO PESSOAL

Liberamos até R\$ 5.000,00 e você paga em até 15 vezes.

AUTO FINANCIAMENTO

Transforme 50% do valor de seu carro em dinheiro, sem precisar vendê-lo e pague em até 24x.

PanAmericano
AQUI TEM A SOLUÇÃO.

INVESTIMENTOS / APLICAÇÕES

CDB - PAN

O mais rentável, o mais seguro.

Plano Minha Casa

Saia do aluguel, créditos de até R\$ 100.000,00.

MAIORES INFORMAÇÕES:

(19) 3234-6161

RAMAL 5

COMUNIDADE

Foto: Neldo Cantanti



Conselheiros reunidos: concepções de ética, cidadania e políticas públicas

Projeto capacita monitores de saúde

ISABEL GARDENAL

bel@unicamp.br

A primeira oficina do Curso de Capacitação para Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde, realizada nos últimos dias 5 a 8, no Hotel Solar das Andorinhas, Campinas, superou as expectativas. Enquanto 60 participantes recebiam treinamento no local, pelo Estado de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, outros conselheiros eram treinados nos demais Estados.

A Unicamp inaugurou o projeto com dois cursos de capacitação de monitores.

Concepções de saúde, ética, cidadania, poder, atenção à saúde, financiamento, controle social do SUS, elaboração de políticas e papel dos conselheiros, foram alguns dos temas ministrados.

A dinâmica adotada permitiu dividir o conteúdo em oito oficinas de quatro horas. O material pedagógico foi elaborado com a participação de conselheiros de saúde, profissionais da Unicamp e da Prefeitura de Campinas.

“Pretendemos contribuir para o melhor desempenho dos representantes da sociedade civil, dos trabalhadores de saúde e dos gestores públicos, na formulação das políticas, ações de saúde, supervisão e fiscalização da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS)”, explica a coordenadora nacional – Ana Segall, docente da Faculdade de Ciências Médicas (FCM).

Problemática – A preocupação primária, de acordo com a coordenadora, tem sido a transmissão de

informações, porque raras vezes o conselheiro adquire um vocabulário técnico que lhe permita captar melhor a realidade do sistema de saúde e formular diretrizes ao desenvolvimento do sistema.

Já, outra preocupação, decorre da heterogeneidade da clientela: conselheiros de grandes cidades versus os de pequenas cidades, com alto grau de instrução versus os com baixo grau, com muita experiência versus com pouca.

Apesar disso, declara Ana Segall, somente em São Paulo serão capacitados cerca de 7.000 conselheiros, em 216 cursos, que acontecerão entre o final de agosto e dezembro deste ano. Serão 54 encontros por mês, executados por 30 monitores.

Consórcio – O Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, com o apoio do BID, do Reforço à Reorganização do SUS (Reforsus) e do Banco Mundial, contrataram um consórcio integrado por destacadas instituições públicas de ensino, entre elas a Unicamp, Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UNB), representando 19 universidades públicas brasileiras nesse projeto.

Para melhor distribuir responsabilidades, o território nacional foi dividido entre as consorciadas com base em critérios geográficos e de cooperação anterior. Estabeceu-se um roteiro para a constituição e funcionamento dos núcleos estaduais do Curso de Capacitação de Conselheiros pela instituição consorciada encarregada em cada Estado.

Projeto orienta sociedade no combate à epilepsia

“Epilepsia Saindo das Sombras” é o nome de uma campanha de combate à doença, lançada mundialmente em 1997, que, no Brasil, ganhou a participação ativa do departamento de Neurologia da Unicamp. Prova disso, foi o desdobramento da proposta com a criação do Projeto Demonstrativo Brasileiro, coordenado pelo médico da Unicamp Li Li Min, que teve início no último dia 9 em evento promovido pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade.

Com o novo projeto, pretende-se fortalecer o anterior. A idéia é sensibilizar o governo e as instituições sobre a relevância de divulgar dados e conhecimentos sobre epilepsia e, com isso, melhorar a assistência e o tratamento do paciente. “Queremos medicação gratuita para todos os pacientes com epilepsia, mobilizando, para esse trabalho, tanto profissionais como leigos”, explica a neurologista

Marilisa Guerreiro, responsável pela área de Neurologia da Unicamp.

O Demonstrativo Brasileiro é um projeto de comunicação, de ensino e de atuação que será desenvolvido, a princípio, na região de Campinas e de São José do Rio Preto. O Posto de Saúde de Barão Geraldo, no caso, será o primeiro do país a oferecer atendimento dentro dos princípios da campanha.

Em vários países desenvolvidos foram feitos levantamentos em que se comprovou a viabilidade econômica do tratamento para o país. “Torna-se mais interessante para as instituições públicas resolverem o problema do paciente do que simplesmente deixá-lo a sua própria sorte. Esse tipo de paciente gera um custo muito maior, com inúmeras consequências psicossociais e físicas decorrentes das crises epiléticas”, comenta Marilisa.

Informações adicionais: 3788-8851.

VIDA ACADÊMICA



Piaget – Dia 19 (segunda-feira) acontece a palestra “A questão do símbolo em Piaget: a (in) compreensão das metáforas pelas jovens crianças” com a professora Marie-Claude Fourment, da Universidade de Paris 8. O evento acontece às 14 horas no Salão Nobre da Faculdade de Educação. Informações: 3788-5565.

Cemarx – Próximos eventos do Centro de Estudos Marxistas: Dia 20 (terça-feira), lançamento da revista Crítica Marxista número 14 que traz um debate sobre a questão da moradia popular com dirigentes do Movimento pela Moradia do Centro/SP (MMC), no Auditório do IFCH, às 14 horas. Dia 10 de setembro, a conferência “A luta de classes na Antiguidade”, com o conferencista Pedro Paulo Funari, no Auditório do IFCH, às 9h30.

Labeurb – O Laboratório de Estudos Urbanos realiza o 1º Encontro Internacional Linguagem e Arquitetura, que contará com a participação do Professor Frédéric Pousin, diretor de pesquisa no CNRS/França, nos dias 20 e 21 (terça e quarta-feira) na Sala do Telão do IEL. Em setembro, no dia 3, no mesmo local, o Laboratório promove a 2ª Jornada Internacional Saber Urbano e Linguagem: A Grafia e Seus Efeitos, em que pesquisadores do Labeurb e de universidades francesas debaterão a produção de saberes na relação com a grafia. Detalhes pelo telefone: 3788-1102, no site www.labeurb.unicamp.br e e-mail: monikvik@labeurb.unicamp.br.

Coleta de sangue – O Hemocentro realiza coleta de sangue, em frente à Catedral (Rua 13 de Maio), das 8 às 12 horas, nos dias 20 e 21 (terça e quarta-feira) e dias 27, 28 e 29. Informações: 3788-8722 ou 3788-8720.

Produção de animais – A Comissão Organizadora do Seminário Poluentes Aéreos e Ruídos em Instalações para Produção de Animais que acontece dia 10 de setembro, está recebendo inscrições para trabalho até dia 20 (terça-feira). Mais informações pelo e-mail miwa@agr.unicamp.br ou correspondência aos cuidados de Irenilza de Alencar Nãas, caixa postal 6011, CEP 13083-970/Campinas-SP.

Matemática financeira – Inscrições abertas até dia 20 (terça-feira) para o Curso de Introdução à Matemática Financeira, promovido pela AFPU. O curso acontece no período de 9 a 12 e 16 a 19 de setembro, das 9 às 12 horas. Somente poderão participar deste curso os servidores já indicados pelas respectivas Unidades nas demandas enviadas no início do ano. Entregar ficha de inscrição preenchida e assinada pela chefia imediata, na AFPU. Informações: www.unicamp.br/preac/afpu.

Exposição – A Exposição intitulada “Multimeios AM 527”, na Galeria de Arte da Unicamp, mostra uma seleção de trabalhos fotográficos de alunos da disciplina História da Fotografia, do Programa de Pós-Graduação em Multimeios, ministrada pelo professor Roberto Berton De Ângelo. A exposição permanece aberta até 21 de agosto.

Encontro com a cidade – O Museu da Cidade realiza o 2º Encontro com a cidade. Nos dias 21 a 23 (quarta a sexta-feira), sempre às 19 horas, o evento contará com professores universitários e pesquisadores para um debate sobre tradição, memória e patrimônio em práticas culturais. Dia 21: “Brinquedos e brincadeiras tradicionais”, com o Grupo de Especialistas em Pedagogia do Movimento (FEF) e Mônica Moraes (Brinquedoteca da PUC-Campinas). Dia 22: “Memória, tradição e práticas culturais”, com os professores Antonio Arantes (IFCH), Olga von Simson (Centro de Memória/Unicamp) e Nordal Neptune (mestrando em Multimeios/Unicamp). Dia 23: “Cultura popular e folclore: mitos, ritos e tradições”, com a professora Haydeé Dourado (Multimeios/Unicamp) e Adriana Barão (mestre em Artes). Nos dias 26 a 30 de agosto, às 19 horas, apresentação de danças regionais pelo Centro de Tradições da Escola de Cadetes de Campinas. Entrada gratuita. Informações: museudacidade@bol.com.br.

Artesanato – A Feira de Artesanato e Quitutes acontece nos dias 22 e 23 (quinta e sexta-feira) na Praça do Ciclo Básico e na Praça ao lado dos prédios

da Reitoria, respectivamente.

Clínica Médica – A Sucursal-Campinas da Sociedade Brasileira de Clínica Médica realiza o Curso de Atualização em Clínica Médica nos dias 22 a 24 (quinta-feira a sábado), na Unicamp. Os interessados não sócios da SBCM podem se filiar. Informações professor Eros de Almeida, fone: 3788-7930.

Informática em Educação – O Senac-SP realiza nos dias 23 e 24 (sexta-feira e sábado) o 4º Encontro de Informática na Educação que tem como tema “As Tecnologias da Informação e Comunicação formando as Redes de Aprendizagem”. Mais detalhes pelos e-mails kiukawa@sp.senac.br, ljusto@sp.senac.br ou pelo site www.sp.senac.br/educacao.

Segurança dos alimentos – Curso de Especialização “Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos”, da Faculdade de Engenharia de Alimentos. Início dia 30 de agosto com duração de um ano – carga horária de 390 horas. As inscrições podem ser feitas até dia 23 (sexta-feira). Pede-se nível superior completo. Maiores informações consultar o site www.fea.unicamp.br/ ou pelo telefone (19) 3788-3886 ou 3788-4094 na Secretaria de Extensão da FEA.

Pesquisadores negros – O 2º Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros terá como tema “De Preto a Afro-descendente: a pesquisa sobre relações étnico/raciais no Brasil”. O evento acontece de 25 (domingo) a 29 de agosto na Universidade Federal de São Carlos. Informações: www.ufscar.br/~cbpn ou telefone (16) 260-8348.



Ex-alunos – O IFGW está cadastrando os seus ex-alunos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado). O objetivo é criar um banco de dados com informações sobre esses ex-alunos, para poder avaliar o leque de perspectivas que uma formação em Física oferece, além de possibilitar o contato com antigos colegas. Todos os ex-alunos já estão preliminarmente inseridos no banco de dados, mas é necessário entrar no site para atualizar as informações e colocar o endereço de contato atual e algumas informações adicionais. Para se cadastrar ou consultar, entre em: http://www.ifi.unicamp.br/ccjdr/exalunos/

Oficina Interativa Reciclável – O Serviço Social do HC, mantém no saguão em frente ao Ambulatório Geral de Adultos, um projeto com os grupos de pacientes hipertensos e diabéticos, coordenados pela Assistente Social Maria Helena e Miriam F. Martins. Informações 3788-7491 ou 3788-7250.

Exposição – “1922/2002 – 80 Anos do Ano Rebelde”, é o tema da exposição no Museu da Cidade até 31 de agosto no Museu da Cidade. Parte do material para a exposição foi reunido no Arquivo Edgard Leuenroth. O Museu fica na Avenida Andrade Neves, 33 - Centro. Visitaçao de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Mais informações (19) 3231-3387.

Revista Nature – A revista Nature está disponível para acesso on-line a partir de equipamentos conectados à rede da Unicamp. A assinatura foi feita pela Capes e disponibilizada a partir do Portal de Periódicos. Para acessar incluir um link na frase “Nature On-line” com www.nature.com/nature.



Ensino a distância – O 4º Encontro de ambientes educacionais na Internet (Edunet), acontece dias 29 e 30 de agosto, das 8 às 17 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Educação. Inscrições até 29 de agosto. Informações: telefones (19) 3788-5565 / 5567, fax: 3788-5566, e-mail: eventofe@unicamp.br.

Invento brasileiro – Estão abertas inscrições para o 28º Concurso Nacional Prêmio Governador do Estado – Invento Brasileiro, promovido pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e

Desenvolvimento Econômico. Os inventores poderão inscrever suas patentes já concedidas ou mesmo no estágio de requerimento, protocolizadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O prêmio máximo é de R\$ 22 mil. O Escritório de Difusão e Serviços Tecnológicos (Edistec) procederá à inscrição formal somente dos inventos da Unicamp até o dia 28 de agosto. Os inventores interessados em participar deverão requisitar a proposta de inscrição para o devido preenchimento através do e-mail: ciro@unicamp.br, mencionando sempre o número e/ou título do invento. Não serão fornecidos formulários de inscrição para patentes de outras entidades, de particulares e/ou pessoas sem vínculo com a Universidade. Informações telefone: 3788-5015 ou fax 3788-5030, com Ciro ou ainda, www.unicamp.br/prp/edistec.

Logotipo CEB – Concurso para a criação do logotipo do Centro de Engenharia Biomédica da Unicamp. Inscrições até 30 de agosto, com Nirlei, telefone: 3788-9274. O concurso é aberto a toda comunidade universitária e cada participante poderá concorrer com até dois trabalhos. O autor do trabalho escolhido receberá um prêmio de R\$ 300,00.

Jovem Empreendedor – O Softex com o apoio do CNPq, lança nesta data o edital para o Concurso Nacional Jovem Empreendedor de Software. Trata-se de um concurso que premia Planos de Negócios feitos por estudantes universitários da área de informática - graduados ou não - e empresas de software, criadas nos últimos dois anos. O edital está no site www.fumsoft.softex.br. Inscrições até 15 de setembro. Outras informações: (31) 3281-1148.

Contos e Poesia – A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e a Companhia Metropolitana de São Paulo promovem o 1º Concurso Paulista de Contos e Poesias. Inscrições até 16 de setembro. O tema do Concurso é o sistema metroferroviário, representado pelas estações do Metrô e da CPTM. Os originais deverão ser encaminhados à sede da União Brasileira de Escritores (UBE), à Rua Barão de Itapetininga, 262, 3º andar, sala 326, CEP 01042-000, São Paulo, Capital, em seis vias. Um envelope lacrado, enviado à parte, deverá conter o título da obra, o pseudônimo e o nome verdadeiro do autor; o endereço e dados pessoais, como o CIC, o RG, a profissão etc. Na parte externa do envelope, o concorrente se identificará apenas pelo pseudônimo. Mais informações podem ser obtidas no site www.metro.sp.gov.br.

Pós-graduação em Geologia – O Instituto de Geociências está recebendo inscrição para os cursos de mestrado e doutorado. O processo de seleção de pós-graduação em Geologia, na área de Administração e Política de Recursos Minerais as inscrições para mestrado acontecem até 31 de outubro. Na Área de Metalogênese Geoquímica para mestrado, as inscrições vão até 31 de novembro. Contatos pelos telefones 3788-4653 ou 3788-4696, e-mail: dgrn@ige.unicamp.br. Informações no site www.ige.unicamp.br.



Colóquio Internacional – A 9ª Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem será realizada de 29 de agosto até 1º de setembro na Unicamp e USP. Informações: ichols9@iel.unicamp.br ou www.unicamp.br/iel.

Língua japonesa – Dias 29 e 30 de agosto, especialistas estarão reunidos para o 13º Encontro de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Será no Centro de Estudos Japoneses da USP e está sendo organizado pelo Centro de Ensino de Línguas da Unicamp e Curso de Japonês da FFLCH da USP. Informações: comissão_13encontro@yahoo.com.

Comemoração – Em comemoração aos 20 anos do Centro de Convivência Infantil (Ceci) e 15 anos da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) será realizada uma celebração no dia 30 de agosto, a partir das 11 horas. Informações: 3788-7161.

Colóquios FE – Programações da Faculdade de Educação: Dia 30 de agosto, Colóquios de Filosofia e História da Educação "Alienação, reificação e cultura", com professor Marcos Nobre, às 17 horas, na Sala de Congregação da FE. No mesmo dia, às 14 horas, mesa-redonda "A prática de ensino nas áreas de ciências", na Sala da Congregação da FE, com as professoras Sezani Cassiani de Souza

(Universidade Federal de São Carlos) e Eugênia Maria Ramos (Unesp-Rio Claro. Informações pelos telefones (19) 3788-5565 ou 5567, e-mail eventofe@unicamp.br.

Cesárea – Em comemoração aos 25 anos de sua fundação, o Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas (Cemicamp), juntamente com o Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas, promove nos dias 5 e 6 de setembro, no Anfiteatro da FCM da Universidade, o Simpósio Internacional "Cesárea: Avaliação e Propostas de Ação". O objetivo do evento é discutir propostas de políticas públicas, ações em educação médica e para o público em geral. Informações: telefone 3289-2859.

Laser – 5ª Oficina de Lasers do Instituto de Física Gleb Wataghin no dia 14 de setembro, no auditório do instituto. Informações (19) 3788-5303, e-mail graduacao@ifi.unicamp.br ou site www.ifi.unicamp.br/~osa.

Recrutamento – O Talento 2002 – feira de recrutamento para alunos de graduação, recém-formados e de pós-graduação para processos seletivos de estágio e trainee – ocorre dia 19 de setembro. Informações: www.unicamp.br/~talento ou telefone 9715-6779, com Rodrigo.



Biologia – "Caracterização da resposta fisiológica de plantas cítricas à infecção pelo vírus da tristeza" (doutorado). Candidata: Célia Regina Baptista Grassi. Orientador: professor Jorge Vega. Dia 20 de agosto, às 9 horas, na sala de defesa de tese da Pós-Graduação do IB.

"Identificação e localização de proteoglicanos/glicosaminoglicanos e do colágeno tipo VI na sínfese púbica do camundongo durante a prenhez" (doutorado). Candidata: Mônica de Campos Pinheiro. Orientadora: professora Olga Maria de Toledo Correa. Dia 22 de agosto, às 9 horas, na sala de defesa de Tese da Pós-graduação do Instituto de Biologia.

Ciências Médicas – "Investigação de Paternidade e Identificação Humana, Uma Proposta Metodológica" (mestrado). Orientadora: professora Edi Lúcia Sartorato. Dia 20 de agosto, às 14 horas, no Anfiteatro da Coordenadoria de Pós-Graduação da FCM.

"Haplótipos do Elemento Regulatório dos Genes da Globina Alfa em duas Populações Indígenas Brasileiras" (mestrado). Candidata: Daniela Maria Ribeiro. Orientadora: professora Maria de Fátima Sonati. Dia 22 de agosto, às 14 horas, no Anfiteatro da Coordenadoria de Pós-Graduação da FCM.

Ciências Médicas/ Departamento de Enfermagem – "A constituição do ambulatório de saúde mental no município de Taubaté/SP nas décadas de 80 a 2000" (mestrado). Candidata: Egle Luz Lopes Sandini. Orientadora: professora Débora Isane Ratner Kirschbaum. Dia 23 de agosto, às 13h30 horas, no Anfiteatro/Departamento de Enfermagem.

"O Desenvolvimento do Comportamento da Criança com Síndrome de Down no Primeiro Ano de Vida" (mestrado). Candidata: Maria Angélica Sadir Prieto. Orientadora: professora Denise Norato. Dia 23 de agosto, às 9 horas, no Anfiteatro da Coordenadoria de Pós-Graduação da FCM.

Estudos da Linguagem – "Aspectos conflitantes nas concepções textuais da reflexão de Lawrence Venuti sobre tradução" (mestrado). Candidata: Ana Maria Siqueira. Orientadora: professora Eleonora Cavalcante Albano. Dia 20 de agosto, às 9h30, na sala de Defesa de Teses do IEL.

Geociências – "Deformação, fluxo de fluidos e a formação de depósitos auríferos na zona de cisalhamento de Itapetim, província Borborema (NE do Brasil)". Doutorado. Candidato: Heitor Neves Maia. Orientador: professor Roberto Perez Xavier. Dia 19 de agosto, às 14 horas, no Auditório do IG.

Matemática, Estatística e Ciência da Computação – "Equações estacionárias de Navier Stokes aplicadas a um problema de microcanais. Mestrado. Candidato: Elder Jesus Villamizar Roa. Orientador: Marcelo Martins dos Santos. Dia 23 de agosto, às 14 horas, no Imecc.

INFORMÁTICA

Foto: Antoninho Perri



Daniel Donadon, quartanista do Cotuca, a caminho da Coréia do Sul: competição com russos, ingleses, chineses e japoneses

Aluno do Cotuca é Brasil em olimpíada

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kl@unicamp.br

Depois de competir e se destacar, em maio deste ano, na Olimpíada Brasileira de Informática com aproximadamente 1.100 estudantes de ensino médio e de primeiro ano universitário de todo país, Daniel Donadon, quartanista do curso de Informática do Cotuca terá um longo desafio pela frente. Ele vai enfrentar adversários russos, ingleses, chineses, japoneses, entre outros, na Olimpíada Internacional de Informática, na Coréia do Sul. Donadon e outros três estudantes estarão representando o Brasil na competição que acontece nos dias 20 e 22 de agosto e reúne, em média, 250 estudantes de cerca de 80 países. É a segunda vez que representantes da Unicamp participam da Olimpíada Internacional. A primeira foi em 1999 quando dois estudantes do curso de graduação de Ciência da Computação competiram na Turquia. Aluno do ensino médio, no entanto, é a primeira vez na história.

Além de Donadon, um estudante de graduação da USP e dois estudantes também do ensino médio de um colégio em Fortaleza formam o grupo de competidores brasileiros. Eles terão como objetivo desenvolver um programa na área de computação. Para isso serão fornecidos dados para que eles processem a informação corretamente, levando-se em consideração o tempo que irão executar.

Eufórico com sua primeira viagem fora do país, Donadon confessa que participou do torneio brasileiro sem muita expectativa. No ano passado, ele também se destacou na Olimpíada Brasileira só que não ficou entre os quatro primeiros lugares. Foi o sexto no ranking. Seu maior entusiasmo está por conta de poder aplicar tudo

aquilo que aprendeu durante o curso e ainda um pouco mais. Ele acabou recentemente de completar a carga horária necessária para concluir a grade curricular com um estágio na empresa Mondo Technologies.

O estudante já desenvolveu algumas atividades acadêmicas ao longo do curso. Foi monitor da classe e atuou como contratado na Empresa Júnior. Em 1999, quando ingressou no curso de Informática, foi o primeiro colocado no "Vestibulinho", que reuniu mais de 1.700 candidatos. Donadon pretende prosseguir os estudos na Unicamp e neste semestre está, justamente, se preparando para o Vestibular. Ele vai disputar uma vaga no curso de Engenharia da Computação - tradicionalmente figura entre os cursos mais concorridos do Vestibular da Unicamp.

A Olimpíada Brasileira realizada em maio deste ano foi uma das mais disputadas dos últimos tempos. No ano passado, 600 estudantes de vários estados competiram entre si. Em maio de 2002, foram 1.100 estudantes que participaram, sendo que 40 foram selecionados para participarem de um curso de programação entre os dias 8 e 12 de julho, na Unicamp. No dia 13, os candidatos passaram por um teste para escolher os quatro melhores. A coordenação do trabalho é do diretor do Instituto de Computação, professor Ricardo Anido, auxiliado pelo mestrando Guilherme Ottoni. Os dois devem acompanhar a delegação brasileira. Todas as despesas para a participação dos quatro competidores na Olimpíada Internacional foram pagas com verba recebida do CNPq. Como premiação são oferecidas medalhas de ouro, prata e bronze aos melhores estudantes do mundo.



Mostra – A exposição Kromia: Um novo conceito de arte (foto), do artista plástico Paulo Duarte, e a presença da atleta de basquete "Magic" Paula, são algumas das atrações da 8ª Semana de Integração e Soluções Administrativas (Sisa). O evento acontece no Centro de Convenções dos dias 19 e 23 de agosto (segunda a sexta-feira). "Mudanças e Transições: momento de oportunidades" é o tema. Informações e programação pelo telefone 3788-4506 ou e-mail deborah@dga.unicamp.br.

Memorial da América Latina oferece sua infra-estrutura à Unicamp para pesquisas que levem à integração dos países latino-americanos

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

O termo *latino-americano* costuma vir acompanhado de significados negativos, trazendo o carimbo de subdesenvolvido, de secundário, de submisso. E, ao longo dos séculos, ao invés de buscarmos a união para derrubar este preconceito por parte do primeiro mundo, os países da América Latina sempre caminharam no sentido inverso, alimentando desconfianças e rivalidades geopolíticas, econômicas e culturais, acabando por acentuar este isolamento. De ‘cucarachos’ são chamados os latinos pelos *yankees*, preconceito que destilamos entre nós mesmos, visto que de ‘macaquitos’ são chamados os brasileiros pelos argentinos.

“O isolamento não é uma característica do Brasil. Colocamos nossa língua como um diferencial, mas todos os países latino-americanos sempre se comunicaram muito pouco entre si”, critica o professor Fábio Magalhães, diretor-presidente do Memorial da América Latina. Atendendo a convite da CORI (Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais), ele concedeu palestra na Unicamp em 9 de agosto, onde esclareceu que o Memorial, embora tenha se destacado por suas iniciativas nas artes, sempre esteve aberto às outras áreas do conhecimento, o que inclui ciência e tecnologia.

Magalhães anunciou que pesquisadores de todas as áreas da Unicamp, envolvidos ou interessados em questões latino-americanas, podem contar com a infra-estrutura e o prestígio do Memorial para a viabilização de projetos que contribuam no esforço para a integração desses países. Segundo o coordenador da CORI, professor Luís Cortez, inicialmente a Universidade criará um centro virtual para pesquisadores já com projetos nesta área, buscando a ajuda da Fundação para a interligação de redes (*veja matéria na página*).

Ao recordar e contextualizar historicamente a criação do Memorial da América Latina, Fábio Magalhães ressaltou o ideal do antropólogo Darci Ribeiro, que projetou a instituição em companhia de outros notáveis como Oscar Niemeyer: “Darci levava em conta um sonho antigo, da ‘pátria grande’, idéia bolivariana bem presente. Ele imaginava criar um espaço para fomentar, irradiar e integrar as culturas latino-americanas juntamente com as universidades. Queria um órgão para reflexão, mas que não permitisse uma duplicidade em relação à academia; a instituição não deveria ter quadros e sim incentivar nas universidades uma atividade latino-americana”, explica.

Não é por acaso, portanto, que o Memorial possui em seu conselho curador os reitores das três universidades paulistas – Unicamp, USP e Unesp –, além do presidente da Fapesp e dos secretários estaduais de Cultura e de Ciência e Tecnologia. “No aspecto simbólico, não há paralelo de um esforço tão grande por parte do Estado em criar um conjunto arquitetônico deste porte com o objetivo da integração latino-americana”, observa o presidente da Fundação.

Provincianismo – Fábio Magalhães, que dirige o Memorial há oito anos, expôs de forma esclarecedora o leque de obstáculos a serem superados para a integração latino-americana: os atritos entre alguns países em relação a suas fronteiras; os tantos entraves no Mercosul; a viabilização da navegação comercial nas bacias hidrográficas; a inexistência de acordos no aproveitamento de energia; a falta de posições unificadas para o comércio exterior; o provin-

Fotos: Antoninho Perri



Magalhães, presidente do Memorial: lembrando Darci Ribeiro e sua idéia bolivariana de “pátria grande”

cianismo de estados brasileiros como São Paulo, que apesar do volume de negócios mantidos com a Argentina ainda não tomou a iniciativa de intensificar, por si, suas relações internacionais.

É realmente um leque aberto aos pesquisadores da Unicamp, que poderiam contribuir com projetos em todas as áreas. “Apesar dos recursos parcos, minha gestão tem sido muito voltada para

a pesquisa e para a criação de um espaço de discussão dessas questões”, afirma o professor. “Uma área que considero fundamental é a de estudos comparados. Com a Unicamp, a partir da orientação de Antonio Cândido, publicamos um livro sobre a história da literatura latino-americana”, recorda, acrescentando que acaba de receber da Universidade uma tese na área de alimentação, comparando o consumo da América Latina ao da União Européia.

Grande avanço – Magalhães cita também uma discussão sobre integração real em pesquisa científica e tecnológica, levantada por Eduardo Frei, presidente chileno, em palestra no Memorial: “Ele chamou a atenção para a importância de acordos que fortaleçam determinadas áreas de pesquisa. Se o Chile possui um setor de excelência, por que não convidar cientistas brasileiros que enriqueçam os estudos, ao invés de trabalhar isoladamente?”, questiona.

O presidente do Memorial, apesar da crise que atinge todos os países, reitera

sua confiança no sonho da integração, principalmente depois do grande avanço observado desde o início do processo de democratização da América Latina. “No caso do Brasil, a ditadura levou uma elite intelectual a viver no Chile, Argentina, México. Temos toda uma geração que viveu a experiência latino-americana e hoje ocupam cargos de decisão. O processo de integração também traz a experiência recente e dolorosa dos exílios”, finaliza.

Parceria estratégica para a Universidade



Cortez, da CORI: criação de um centro virtual para pesquisadores da Unicamp

“A parceria com o Memorial da América Latina é estratégica para Unicamp”, afirma o professor Luís Cortez, coordenador da CORI, ao anunciar uma roupagem nova dada ao conjunto de projetos para o Mercosul elaborado ainda na administração anterior e agora adaptado à realidade presente, com sua extensão a todos os países latino-americanos. “Visitamos o Memorial e, nos termos da fundação, vimos que ele foi concebido para contemplar também às áreas científica, tecnológica e política, entre outras”, acrescenta.

Segundo Cortez, a Unicamp pretende criar, de início, um centro virtual de estudos latino-americanos, contando com o apoio logístico do Memorial, que mantém contatos estreitos com o Ministério de Relações Exteriores e com as próprias redes já existentes. “Ao lado do Memorial funciona o Parlatino (Parlamento Latino-Americano), que atrai parlamentares de cada país”, acrescenta.

Depois de reuniões com os responsáveis pelo projeto anterior, percebeu-se que a estratégia para as pesquisas não deveria mais ser a de focar a América do Sul de maneira global, mas por temas. “O foco podem estar, por exemplo, na integração dos países da região amazônica (Brasil, Guianas, Colômbia, Venezuela) ou no Pantanal (Brasil, Paraguai, Bolívia)”, afirma Cortez. Da mesma forma, o coordenador da CORI sugere temas em ciências políticas (a própria formação de cientistas políticos), economia (relações comerciais, sindicais e trabalho), saúde e educação. “A Universidade possui vários centros trabalhando com essas questões”, acrescenta.

Na opinião de Luís Cortez, a opção por projetos temáticos também facilitaria a aprovação de financiamentos por agências de fomento nacionais e internacionais e o encontro de parceiros nos outros países latino-americanos para que ajudem a equacionar esse problema dos recursos. “Sabemos que, atualmente, são poucos os governos em condições de financiar pesquisas. Chile e o México talvez sejam os únicos a cooperar de igual para igual com o Brasil. Para os demais países, teremos de procurar agências internacionais como as fundações Ford e Rockefeller”, afirma.

Um sonho latino

